

HT-219



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS & CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**O Papel do Sector Familiar na Comercialização Agrícola no Baixo
Limpopo (Distrito de Xai-Xai), 1987 – 2005**

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de
Licenciatura em História na Universidade Eduardo Mondlane

Autor: Ibraimo Amir Abdul Carimo

HT-219

Maputo, 2006

O Papel do Sector Familiar na Comercialização Agrícola no Baixo Limpopo (Distrito de Xai-Xai), 1987 - 2005

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de Licenciatura em História na Universidade Eduardo Mondlane

Ibraimo Amir Abdul Carimo

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
FACULDADE DE LETRAS & CIÊNCIAS SOCIAIS
UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

Supervisor: Dr. Salim Cripton Valá

Maputo, 2006

UEM - FLCS.
R. E31896
DATA 31.10.2006
AQUISIÇÃO <i>efecto</i>
COTA. HT-233219

O Júri:			
O Presidente	O Supervisor	O Oponente	Data
<i>Gualberto</i>	<i>Salim Cripton Valá</i>	<i>Yussuf Aden</i>	27/10/06

DECLARAÇÃO

Declaro por minha honra que esta dissertação nunca foi antes apresentada na sua essência para obtenção de qualquer grau acadêmico, e que ela constitui resultado da minha investigação pessoal, estando indicada no texto e na bibliografia as fontes que utilizei.

Ibraimo Amir Abdul Carimo

DEDICATÓRIA

Dedico, com orgulho, este trabalho aos meus Pais, Ismael Muhadice Abdul Carimo & Hanifa Amir Issufo, que me indicaram para seguir pelo “caminho dos livros”.

À memória de Halimate Saãdia;

Aos meus irmãos Suleimane, Belkiss, Naziat, Acissa Márcia; e a

Nádia Bibí para que este trabalho lhe sirva de inspiração.

AGRADECIMENTOS

Endereço o meu agradecimento ao meu Supervisor, Dr. Salim Cripton Valá, pelo apoio e pelo tempo que encontrou para dar a sua sábia orientação para a efectivação deste trabalho.

Os agradecimentos são extensivos ao Eng. Daniel Mate e a dr^a. Felicidade Mate que me receberam, criaram condições e deram todo o apoio para a realização do trabalho de campo.

Não deixarei de agradecer ao Dep.^{to} de Mercados e Comercialização Agrícola do MIC/DNC pela colaboração e aos extensionistas do PRBMDA, que foram de crucial importância no contacto com os camponeses do Distrito de Xai-Xai.

O meu Muito Obrigado.

Uma palavra de apreço vai para os familiares, colegas e amigos, pelo apoio moral, material, carinho e confiança facultados durante a minha formação. Menção especial para Maguí, Ana Maria, Zaquia, Zito, Xauwal, Crimildo; e ainda a *time* de Balane e aos Camaradas da THYENDE.

Palavras p'ra quê?!...

Quero expressar também os meus agradecimentos a todos que directa ou indirectamente contribuíram para a minha formação.

A todos, o Mais
Profundo Agradecimento

Epígrafe

“A grande batalha económica travar-se-á no campo
e do seu sucesso dependerá a vida do país”

Governo de Moçambique/ Assembleia Popular (s/d). *Documentos da 5ª Sessão: 2ª Legislatura*

Lista de Siglas & Abreviaturas

- ACP** – África Caraíbas e Pacífico
- AHM** – Arquivo Histórico de Moçambique
- ADCR** – Associação de Desenvolvimento das Comunidades Rurais
- AGP** – Acordo Geral de Paz
- AGRICOM, E.E.** – Empresa Agrária de Comercialização Agrícola, Empresa Estatal
- BM** – Banco Mundial
- CEA** – Centro de Estudos Africanos
- CEE** – Comunidade Económica Europeia
- DNC** – Direcção Nacional do Comércio
- DNCI** – Direcção Nacional do Comércio Interno
- DINECA** – Direcção Nacional de Economia e Comercialização Agrícola
- ECA** – Estratégia de Comercialização Agrícola
- FMI** – Fundo Monetário Internacional
- FRELIMO** – Frente de Libertação de Moçambique
- JAPA** - Junta Autónoma de Povoamento Agrário
- ICM** – Instituto de Cereais de Moçambique
- IVA** – Imposto sobre o Valor Acrescentado
- MADER** – Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural
- MAP** – Ministério da Agricultura e Pescas
- MCI** - Ministério do Comércio Interno
- MIC** – Ministério da Indústria e Comércio
- MICTUR** - Ministério da Indústria, Comércio e Turismo
- MINAG-CDA** – Ministério da Agricultura – Centro de Documentação Agrário
- NET** – Núcleo de Estudos de Terra
- PRE** – Programa de Reabilitação Económica
- PROAGRI** – Programa de Desenvolvimento do Sector Agrário
- PRBMDA** - Projecto de Reabilitação da Barragem de Massingir e Desenvolvimento Agrário
- SRBL** – Sistema de Regadio do Baixo Limpopo
- UPBL** – Unidade de Produção do Baixo Limpopo

RESUMO

O objectivo do presente estudo foi de analisar o contributo do sector familiar para a comercialização da produção agrícola e compreender a interacção que esse sector estabelece com o sector comercial e outros intervenientes no sistema de produção e comercialização agrícola no Baixo Limpopo. A produção agrícola do sector familiar estava integrada na economia colonial através da comercialização agrícola feita principalmente pelos cantineiros rurais que permitiam a colocação da produção no mercado e a monetarização da economia rural. A saída maciça de cantineiros rurais aquando da independência fez desagregar a rede comercial rural. Nesse quadro, a economia do país foi centralizada no Estado e por conseguinte a comercialização agrícola passou a ser feita oficialmente através da AGRICOM, empresa estatal. A partir de 1985, começaram a ser tomadas as primeiras medidas de liberalização comercial que vieram a ser consubstanciadas pelo PRE em 1987. Apesar de ter adequado os preços dos produtos agrícolas aos custos de produção, o programa afectou negativamente a produção do sector familiar, porque a comercialização agrícola ficou fortemente dependente das condições do mercado, no que se refere principalmente a oscilação dos preços, da procura e da oferta. Esta situação foi agravada pela retirada da empresa estatal de comercialização agrícola e consigo a informação de mercado e de preços mínimos de referência para o sector familiar. Por outro lado, a paralisação das indústrias de agro-processamento desmotivaram a produção agrícola camponesa para o mercado. Embora tenha havido melhorias na produção agrária, não existe um sistema de comercialização agrícola que garanta uma procura regular de produção agrícola do sector familiar, sendo esta actividade desempenhada por revendedoras informais, em detrimento do envolvimento do sector privado formal ou estatal.

ÍNDICE

1.	INTRODUÇÃO.....	1
1.1.	Contexto.....	1
1.2.	Problema da Pesquisa.....	2
1.3.	Justificação.....	5
1.4.	Objectivos.....	6
1.5.	Pergunta de Partida.....	6
1.6.	Hipóteses.....	6
2.	METODOLOGIA.....	8
2.1.	Métodos.....	8
2.2.	Técnicas de Recolha de Dados.....	8
2.2.1.	Pesquisa Bibliográfica e Documental.....	8
2.2.2.	Trabalho de Campo.....	9
2.3.	Constrangimentos da Pesquisa.....	9
3.	QUADRO TEÓRICO-CONCEPTUAL.....	11
3.1.	Enquadramento Teórico.....	11
3.2.	Conceitos-Chave.....	13
4.	COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA EM MOÇAMBIQUE.....	18
4.1.	A Comercialização Agrícola do Sector Familiar em Moçambique.....	18
4.1.1.	No Período pós-Independência (1975 - 1986).....	18
4.1.2.	O PRE e a Liberalização do Comércio.....	22
4.1.3.	O AGP e o Novo Contexto Sócio-Económico.....	24
4.2.	Enquadramento Legal.....	27
4.3.	Locus Institucional.....	29
5.	O ESTUDO DE CASO DA COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA PELO SECTOR FAMILIAR NO BAIXO LIMPOPO.....	32
5.1.	Localização Geográfica e Caracterização da Região.....	32
5.2.	Historial do Baixo Limpopo.....	34
5.3.	Produção Agrícola.....	36
5.4.	Comercialização Agrícola no Distrito.....	39
5.4.1.	Agentes.....	41
5.4.2.	Mercado.....	43
5.4.3.	Preços.....	45
5.5.	Indústria de Agro-Processamento.....	46
6.	CONCLUSÃO.....	48
7.	BIBLIOGRAFIA.....	50

5.3.	Produção Agrícola	37
5.4.	Comercialização Agrícola no Distrito	40
5.4.1.	Agentes	42
5.4.2.	Mercado.....	44
5.4.3.	Preços	46
5.5.	Indústria de Agro-Processamento.....	47
6.	CONCLUSÃO.....	49
7.	BIBLIOGRAFIA.....	51

Lista de Anexos

Anexo	Nº
I. Mapas	
1. Localização do Distrito.....	1
2. Distrito de Xai-Xai (divisão administrativa).....	2
3. Regadio de Xai-Xai.....	3
II. Tabelas	
1. Áreas Agrícolas do Regadio de Xai-Xai.....	4
2. Sistema de Regadio de Xai-Xai.....	4
3. Principais Características do Sistema de Culturas.....	5
III. Grafico	
1. Evolução da Produção Comercializada em Moçambique, 1975 – 2005.....	6
IV. Estrutura Geomorfológica do Baixo Limpopo.....	7
V. Guião de entrevistas.....	8
VI. Fotografias do trabalho de campo.....	9

1. INTRODUÇÃO

1.1. Contexto

Após a Convenção de Lomé assinada em 1985, iniciou-se a liberalização gradual dos preços dos produtos agrícolas, tendo deste modo aparentemente criado condições favoráveis para que o sector familiar pudesse maximizar os seus rendimentos com a comercialização agrícola, dado que os preços poderiam ser ajustados aos custos de produção e decididos pelos intervenientes no sistema de comercialização agrícola.

Pois, Moçambique possui condições naturais excepcionais para o desenvolvimento da agricultura, contudo o aproveitamento dessas vantagens está condicionada a outros factores, nomeadamente: a deficiente rede de comercialização agrícola, transporte e serviços essenciais de apoio a produção agrícola, principalmente do sector familiar.¹

No período colonial, o sector familiar era responsável pela maioria da produção agrícola do país e esta era absorvida principalmente pelos cantineiros rurais que a canalizavam para os centros urbanos, facto que permitiu a gradual monetarização da economia rural². Por exemplo, a produção comercializada de cereais atingiu cerca de 200 mil toneladas na década 70³. Porém, a saída de cantineiros rurais aquando da independência fez desagregar a rede comercial rural e afectou negativamente a produção agrícola camponesa.

Após o III Congresso da FRELIMO realizado em 1977, Moçambique adoptou o modelo económico de centralização da economia no Estado, no qual este se propunha a substituir, na comercialização agrícola, o papel desempenhado pelos cantineiros rurais, relegando esta missão à AGRICOM, empresa estatal de comercialização agrícola, que passou a operar em regime de exclusividade e por outro lado, o Estado passou a controlar do sector privado.

¹ MAP, 1995: 04

² MICTUR, 1996: 01

³ MAP, 1995: 06

Porém após a realização do IV Congresso do Partido FRELIMO em 1984, foram adoptadas as primeiras medidas de abertura da economia do país e de liberalização comercial tomadas no âmbito da assinatura do acordo comercial entre os países da ACP e da CEE. Estas medidas vieram a ser consubstanciadas pelo PRE em 1987, que liberalizou o mercado e introduziu uma política de preços que reflectissem os custos reais de produção.

1.2. Problema da Pesquisa

Enfrentando uma crise económica e devastada pelo conflito armado, Moçambique introduziu com o PRE em 1987, reformas económicas como forma de reestruturar os padrões de acumulação e distribuição ora vigentes. Neste contexto, em virtude da eliminação do monopólio legal da empresa estatal de comercialização agrícola, um dos objectivos centrais do programa era de introduzir a noção de concorrência nos mercados rurais, deixando que a comercialização ficasse dependente das forças de mercado.

Tendo sido eliminado o monopólio legal da empresa estatal de comercialização agrícola, ajustados os preços dos produtos agrícolas aos custos de produção e decididos pelos intervenientes no sistema de comercialização agrícola, estavam criadas as condições para o sector familiar obter maiores rendimentos com a comercialização da sua produção agrícola.

A assinatura do AGP em 1992, marcou o início do processo de reposição da rede comercial rural destruída pelo conflito armado. Neste contexto, apesar de se ter registado melhorias na comercialização agrícola, traduzidas no crescimento da produção agrícola do sector familiar destinada ao mercado, através de uma maior oferta e procura de produtos, estes resultados continuam aquém dos níveis demonstrados pelo sector no período colonial.⁴

⁴ Conselho de Ministros, 2001: 01

Deste modo, a liberalização dos preços dos produtos agrícolas consubstanciada pelo PRE, não trouxe os resultados esperados para o sector familiar, pelo contrário, levou ao decréscimo da sua produção devido ao agravamento dos preços das mercadorias e dos insumos agrícolas, e consequentemente alguns camponeses reduziram a sua produção para o mercado.⁵

Adam & Cruz e Silva⁶ acrescentam que o decréscimo da produção foi acentuado pela ausência de apoio do Estado ao sector familiar. Além disso, a situação de guerra e os donativos em forma de ajuda alimentar de que o país beneficiava, reduziram a capacidade produtiva dos camponeses deste sector, pois a guerra impedia que houvesse produção agrícola e os donativos, em bens alimentares, permitiam, de certo modo, a subsistência alimentar das populações.

No cenário de pós-guerra, a contribuição do sector familiar para a comercialização agrícola era fraca em relação ao seu potencial demonstrado no período colonial. Segundo Negrão⁷, a queda da produção com destino para o mercado implicou uma maior procura pelo sector familiar de rendimentos fora da agricultura.

Assim, tendo em conta que a produção agrícola do sector familiar está mais orientada para o auto-sustento do que para o mercado, e considerando que o camponês do sector familiar depende da rede de comercialização agrícola para transformar a sua produção em valores monetários, o camponês obtém baixos rendimentos com a sua produção.⁸

Por um lado, os camponeses encontram-se numa situação de vulnerabilidade em relação ao agravamento dos termos de troca, porque quando os preços dos produtos que o camponês adquire

⁵ Roesch, 1992: 18

⁶ Adam & Cruz e Silva, 1989: 13

⁷ Negrão, 1994: 03

⁸ Trindade, 1989: 18

sobem, o camponês baixa relativamente os preços dos produtos que vende, isto significa que ele necessitando de vender mais para comprar as mercadorias, tende a baixar os seus preços.⁹

No que se refere especificamente ao Baixo Limpopo, esta região é afectado por alguns problemas na comercialização agrícola tal como a falta de indústrias de agro-processamento para a transformação das culturas de rendimentos. Na comercialização de hortícolas, principalmente do tomate, em períodos de pico da produção, os produtores do sector familiar tem poucas alternativas para comercializar, por falta de um sistema eficaz de comercialização, face a abundância do produto e por isso são obrigados a vender o produto muito abaixo do preço pré-definido.¹⁰

No caso do arroz em casca, devido ao aumento dos custos de produção e transporte, o preço praticado pelas indústrias de descasque instaladas em Chókwè e Palmeira, no distrito da Manhiça, na província de Maputo, não compensa os custos de produção e transporte. Na indústria de Palmeira o preço de descasque manteve-se constante em 2.300 MT/Kg desde a campanha agrícola 2000/2001, facto que não beneficia os camponeses do distrito de Xai-Xai.¹¹

Por outro lado, a falta de um sistema organizado de comercialização constitui um obstáculo para a colocação da produção no mercado, pois os produtores são obrigados a vender a sua produção em pequenas quantidades no mercado local, ao longo das estradas ou transportar para o Mercado Limpopo em Xai-Xai.

Por isso, com o presente estudo pretende-se compreender porque é que o sector familiar, sendo o sector responsável pela maior parte da produção agrícola do país, não consegue maximizar os seus rendimentos através da comercialização agrícola, dado que a partir de 1985 iniciou-se um processo

⁹ MIC/DNC, 2003: 16

¹⁰ Daniel Mate: Entrevista, Xai-Xai, 02/05/06

¹¹ Direcção Provincial de Agricultura e Desenvolvimento Rural, 2001: 12

de liberalização dos preços dos produtos agrícolas e, a partir de então, a política agrária em relação a comercialização visa orientar a produção agrícola do sector para o mercado.

1.3. Justificação

Moçambique é um país pobre e a maior parte da sua população vive essencialmente de actividades ligadas à agricultura. Embora possuindo um grande potencial agrário, o desempenho do sector agrário do país tem estado abaixo das suas potencialidades. Aproximadamente 75% dos cerca de 19,5 milhões de habitantes do país, reside nas zonas rurais e ganha a vida através de actividades ligadas a agricultura. Contudo, tem afirmado que a agricultura é a base de desenvolvimento do país, porém, a contribuição da agricultura na economia nacional representa apenas, em média, 25% do PIB anual, dos quais acima de 80% provêm do “sector familiar¹²”. Este sector é responsável pela maior parte da produção agrícola do país¹³.

Segundo o INE¹⁴, dos cerca de 25% da contribuição da agricultura no PIB, 13% refere-se a produção agrícola do sector familiar para o auto-consumo, enquanto 9% diz respeito a produção familiar comercializada.

Neste contexto, a comercialização da produção agrícola do sector familiar é vital para a economia do país, porque o sector familiar depende da comercialização agrícola para transformar a produção agrícola em valores monetários para garantir a sua sobrevivência, e este é um subsector estratégico para o aumento da produção agrícola que é a base de subsistência da maior parte da população do país que vive nas zonas rurais.

Por outro lado, o sector comercial agrícola em Moçambique sofreu constrangimentos que impediram o seu desenvolvimento desde a saída dos cantineiros rurais aquando da independência,

¹² Ver: definição do conceito “sector familiar”, no ponto 3.2; b); página 12.

¹³ CLUSA/DNCI/FAO-EC, 1999: 01

¹⁴ INE, 2004:26

que adquiriam a produção agrícola camponesa; a centralização da actividade e a marcação de preços fixos e baixos pelo Estado entre 1975 e 1986; a destruição das infra-estruturas comerciais pelo conflito armado; até a actualidade, onde não há envolvimento do sector privado formal ou estatal, estando a comercialização dependente das condições de mercado.

1.4. Objectivos

Geral:

- Analisar o contributo do sector familiar para a comercialização da produção agrícola e compreender a interacção que esse sector estabelece com o sector comercial e outros intervenientes no sistema de produção agrícola e comercialização no Baixo Limpopo.

Específicos:

- Identificar o papel dos distintos intervenientes no circuito de comercialização agrícola e as suas percepções sobre a temática;
- Avaliar o grau de integração da produção agrícola do sector familiar no mercado, e a sua interacção como sector comercial agrícola;
- Analisar o impacto das políticas e incentivos à comercialização agrícola sobre o sector familiar agrícola no Baixo Limpopo.

1.5. Pergunta de Partida

Qual é o papel do sector familiar na comercialização agrícola e que impacto tem na melhoria dos rendimentos e das condições de vida dos produtores do Baixo Limpopo?

1.6. Hipóteses

H₁ - O baixo grau de integração do sector familiar no mercado deve-se ao facto de a produção deste sector estar mais orientada para a auto-suficiência alimentar do que para a colocação no mercado, facto que contribui para o baixo rendimento das famílias rurais.

H₂ - As políticas e incentivos com vista a orientar a produção agrícola do sector familiar agrícola para o mercado pouco se fazem sentir no Baixo Limpopo, o que é agravado pela fraqueza institucional das instituições de apoio e pela fragilidades das organizações dos produtores.

2. METODOLOGIA

2.1. Métodos

Para a realização deste trabalho, foram adoptados o método histórico e o método monográfico ou monografia rural. Segundo Lakatos¹⁵, o método histórico consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje, pois, a forma actual dessas instituições têm a sua origem no passado e elas alcançam o estágio actual através de alterações das suas partes componentes. Este tipo de pesquisa é designado por Silva¹⁶ de pesquisa *ex-post-facto*. O método monográfico ou estudo de caso defende que qualquer caso estudado pode ser representativo de outros seus semelhantes¹⁷. Assim, baseando-se neste método estudamos o Distrito de Xai-Xai como área de estudo representativa para o Baixo Limpopo.

Com base nas hipóteses formuladas aquando da elaboração do projecto de pesquisa, como pré-respostas ao problema levantado, procurou-se confrontá-las com a realidade empírica da comercialização agrícola no Baixo Limpopo através do contacto com os produtores do sector familiar e outros intervenientes no sistema de comercialização agrícola na região.

2.2. Técnicas de Recolha de Dados

2.2.1. Pesquisa Bibliográfica e Documental

Após uma pesquisa exploratória, na qual se procurou formular e clarificar o projecto de pesquisa, recorreu-se a recolha de dados que consistiu na pesquisa bibliográfica de fontes documentais e bibliográfica que versam sobre a temática. Esta pesquisa realizou-se no AHM (Arquivo Histórico de Moçambique), CEA (Centro de Estudos Africanos), NET (Núcleo de Estudos da Terra), nas Bibliotecas das Faculdades de Letras e Ciências Sociais; Economia; Agronomia e Engenharia Florestal da UEM; no MINAG-CDA (Centro de Documentação Agrário) e no MIC (Direcção de Mercados e Comercialização Agrícola).

¹⁵ Lakatos e Marconi, 1999: 34

¹⁶ Silva, 2001: 21

¹⁷ Lakatos e Marconi, 1999: 36

2.2.2. Trabalho de campo

No que diz respeito ao trabalho de campo, este realizou-se no meses de Abril e Maio de 2006, durante 28 dias. O trabalho baseou-se no estudo de caso da comercialização agrícola pelo sector familiar no distrito de Xai-Xai. Para recolha de dados no campo adoptaram-se como técnicas, a observação directa e o levantamento de dados através de entrevistas individuais. Para o efeito, elaborou-se previamente um guião de entrevistas, com perguntas estruturadas e semi-estruturadas para a recolha de testemunhos orais.

O guião de entrevista foi dividido em secções, nas quais cada secção permitia compreender os diversos aspectos relacionados ao trabalho, como são: a produção e comercialização agrícola, o papel e a interacção entre os intervenientes, o preço e o mercado, e por fim, os rendimentos e incentivos à comercialização agrícola. Para tal, foi usada uma amostra intencional de 42 elementos, que as suas informações mostraram-se importantes para o tema em estudo.¹⁸

Por fim, analisamos os dados recolhidos através do método descritivo que nos permitiu resumir e analisar as notas feitas durante o trabalho de campo por ocasião das entrevistas e finalmente redigir o trabalho final com base na informação recolhida, tanto de fontes escritas como orais.

2.3. Constrangimentos da Pesquisa

Durante a pesquisa constituíram constrangimentos o facto de parte dos arquivos da Direcção Provincial de Indústria e Comércio de Gaza (DPIC), terem sido destruídos pelas cheias do ano 2000. Estes apresentavam dados sobre a produção agrícola comercializada nos distritos da Província. Os dados por províncias facultados pelo MIC podem dar uma visão ilusória sobre a produção dos distritos da província de Gaza porque o distrito de Chókwè, antigo “celeiro da nação” e grande produtor agrícola, produz quase a metade da produção agrícola da província de Gaza.

¹⁸ Ver: Guião de entrevistas, anexo nº 8

Constituiu também constrangimento o facto de os “machongos”, onde o sector familiar produz, estarem alagados devido às chuvas que se fazem sentir desde o princípio do ano de 2006 naquela região e porque o sistema de regadio encontram-se em reabilitação pelo PRBMDA, de forma a permitir uma normal actividade agrícola na zona baixa de planície aluvial.

3. QUADRO TEÓRICO-CONCEPTUAL

3.1. Enquadramento Teórico

a) Teoria do Livre Comércio

A Teoria do livre comércio, lançada no século XVIII por economistas clássicos como Smith e Ricardo, é alicerçada pelo liberalismo divulgado pela máxima de Gournay "*laissez faire, laissez passer*". O liberalismo consiste na liberdade de mercado, preço e concorrência. Esta corrente defende o direito de propriedade privada dos meios de produção e por isso opõe-se a intervenção do Estado que deve limitar-se a manter a vigilância duma verdadeira concorrência, eliminação de oligopólios e monopólios privados. Apesar de tratar do livre comércio entre nações, este tem efeitos a nível nacional na medida em que pode-se tirar benefícios, pois a produção nacional deve ser competitiva e assim os bens de consumo podem ser adquiridos a um custo menor.¹⁹

Segundo Quesnay²⁰, uma nação agrícola precisa que a terra produza a maior quantidade possível e que os produtos se transformem em riqueza avaliada segundo o valor vendável, porque é deste que resultam os rendimentos e as suas riquezas. Para que haja reprodução dos rendimentos, Quesnay²¹ acrescenta que um território ricamente cultivado que tenha um comércio livre e fácil para assegurar o maior valor vendável possível aos produtores, reúne as condições essenciais à prosperidade de um Estado.

Esta teoria é reforçada pela Lei de Say²², segundo a qual a oferta gera a sua própria procura. De acordo com esta lei, num ambiente de livre comércio, logo que um produto surge, gera a procura de outros produtos.

As mudanças políticas ocorridas com o PRE levaram Moçambique a adoptar a economia de mercado, e automaticamente a liberalização do comércio que culminou com perda do monopólio

¹⁹ Ménard, 1990: 17

²⁰ Quesnay, 1969: 151

²¹ Quesnay, 1969: 160

²² Ménard, 1990: 74

da empresa estatal de comercialização e a introdução da noção de concorrência através de uma maior intervenção dos agentes privados. Neste contexto, a teoria do livre comércio mostra-se como um suporte importante para a compreensão da comercialização agrícola no período pós PRE, dentro de um modelo liberal de comércio, que defende a liberdade de mercado, preço e concorrência.

a) Teoria keynesiana

A teoria keynesiana surge na primeira metade do século XX e opõe-se a teoria clássica. John Maynard Keynes considera a insuficiência da procura global como explicação para a crise na comercialização da produção e preconiza a intervenção do Estado para reduzir os desequilíbrios da economia. Portanto, na sua óptica, o Estado deve estimular a procura do consumo e do investimento através de um crescimento das despesas públicas.²³

De acordo com Smith²⁴, quando o mercado é muito reduzido, ninguém se encontra motivado para dedicar-se inteiramente a uma única actividade, uma vez que não terá a possibilidade de trocar toda aquela parte da produção que do seu próprio trabalho excede o seu consumo.

Esta situação encontra também a explicação nas ligações de consumo (*consumption linkages*) que se baseiam no facto de as explorações agrícolas rurais dependerem da procura local para os seus produtos. Em resultado, o mercado para os produtos cresce muito lentamente, se é que chega a crescer. Embora o crescimento de rendimentos possa ser proveniente dos sectores agrícola e não agrícola, este crescimento, num estágio inicial, tem que ser lançado por rendimentos agrícolas crescentes.²⁵

Em Moçambique, a intervenção do Estado na economia e particularmente na comercialização verificou-se após a independência até a introdução da economia de mercado em 1987. O objectivo

²³ http://pt.wikipedia.org/wiki/pensamento_económico

²⁴ Smith, 1993: 99

²⁵ Tschirley, 2001: 12

deste intervencionismo na comercialização era de garantir a compra da produção agrícola camponesa, face a saída dos cantineiros rurais, praticando uma política de preços mínimos fixos que serviam de referência, para a colocação da produção camponesa no mercado.

Portanto, através da teoria keynesiana, pretende-se comparar a comercialização agrícola no período pós independência, em que a comercialização era feita pela empresa estatal com monopólio legal na actividade, com o período pós PRE no qual a comercialização agrícola foi liberalizada.

Contudo, usaremos como base teórica de referência para o nosso trabalho a Teoria do Livre Comércio que defende a liberdade de mercado, preço e concorrência. Porque, com o trabalho pretendemos analisar o contributo do sector familiar para a comercialização da produção agrícola e compreender a interacção que este sector estabelece com os outros intervenientes no sistema de produção e comercialização agrícola, dentro de um contexto de liberalização comercial iniciada após a Convenção de Lomé (III) em 1985 e consubstanciada pelo PRE em 1987.

3.2. Conceitos-Chave

a) Desenvolvimento Rural

O desenvolvimento rural é parte de um processo que envolve, no seu sentido mais lato, a transformação das economias rurais com vista a atingirem um estágio de desenvolvimento, e é usualmente entendido como uma forma de intervenção do Estado através da concepção e concretização de políticas e programas específicos.²⁶

Para Cavaco²⁷, o desenvolvimento rural assenta na valorização, tanto de novas actividades económicas como de novos produtos e serviços. Mas em muitos casos trata-se de uma simples diversificação em ramos não inteiramente novos, contudo com novas funções e valores.

²⁶ Cardoso, 1993: 31

²⁷ Cavaco, 1999: 12

Por seu lado Carrilho²⁸, define desenvolvimento rural como um processo envolvendo a população rural orientado à melhoria constante e sustentável das suas condições de vida económica, social e cultural. O crescimento económico rural é uma premissa importante deste processo.

A mesma linha de análise é seguida por Castel-Branco²⁹, que defende que desenvolvimento rural é um processo de mudança a longo prazo, transformação e criação de condições de vida e de trabalho, que abrange todos os aspectos essenciais da vida rural: a produção, o consumo, a poupança e a sua mobilização, a taxa, alocação e eficiência do investimento, a apropriação, comercialização e uso do excedente, a qualidade dos agentes económicos e sociais e as relações de poder entre eles, a qualidade de vida, o desenvolvimento tecnológico, etc.

Neste trabalho, tomaremos o conceito desenvolvimento rural como sendo um processo, a longo prazo, orientado para o crescimento económico sustentável, que abrange aspectos essenciais da vida rural, através da transformação ou criação de condições de vida e de trabalho.

b) Sector Familiar

O conceito sector familiar foi usado na agricultura no período colonial para distinguir o “sector moderno”, mais evoluído e praticado por colonos brancos, do “sector tradicional” constituído pelos camponeses africanos.

O sector familiar inclui o camponês que é definido como sendo a unidade de produção agrária, com acesso a terra como meio de subsistência, utilizando principalmente a mão-de-obra familiar, sempre localizados em sistemas económicos abrangentes, caracterizado fundamentalmente pela integração parcial no mercado que tendem a funcionar com elevado grau de imperfeição, o conjunto dessas unidades camponesas é agrupado sob a designação de sector familiar.³⁰

²⁸ Carrilho, 2003: 07

²⁹ Castel-Branco, 1996: 02

³⁰ Cardoso, 1993: 39

De acordo com Valá³¹, os camponeses são agricultores, excluindo outras categorias de produtores rurais. Cardoso³², acrescenta que o sector familiar corresponde ao conjunto dos camponeses, artesãos, pequenos proprietários não registados em forma empresarial. Portanto, o autor inclui os camponeses, dentro da categoria de produtores familiares agindo na esfera rural.

Ao se referir ao sector familiar como conceito, Negrão³³ parte do princípio de que a agricultura tem um carácter dualista, por um lado existe o sector comercial e por outro familiar. Partindo do pressuposto que existem excedentes no seio do sector familiar, designa-o de família rural africana, e define-a como a mais pequena unidade de produção, consumo e distribuição nas sociedades africanas. A ideia segundo a qual o sector familiar produz somente para a subsistência sem integração no mercado é também criticada por Tonner³⁴ que revela que a distinção entre o sector privado e familiar tem uma base mais administrativa e legal do que prática.

O conceito será usado no presente trabalho, como uma categoria que comporta várias actividades produtivas levadas a cabo pelas famílias rurais, entre as quais a agricultura. Os camponeses deste sector usam geralmente mão-de-obra familiar e produzem principalmente para a subsistência mas também estão integradas parcialmente no mercado.

c) Comercialização Agrícola

Comercialização provém da ideia de comércio. O comércio é, por sua vez, definido como a actividade que distribui os produtos da actividade agrícola e industrial pelos mercados e põe-nos ao alcance das pessoas para o seu consumo.³⁵

³¹ Valá, 1995: 12

³² Cardoso, 1991: 152

³³ Negrão, 1994: 02; Negrão, 2001: 17

³⁴ Tonner, 1992: 56

³⁵ Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, 1965: 234

O conceito comercialização é usado por Andrade³⁶ para designar o conjunto de processos que se desenvolvem entre as fases da produção e utilização das mercadorias, que obriga a coordenação de tarefas tais como: concentração da produção, beneficiação dos produtos, armazenamento, transporte, seguros e financiamento. Uma estrutura activa de comercialização permite a recolha e o escoamento de excedentes.

É também definida como uma actividade do sector terciário que ordena, dinamiza e efectua a distribuição e venda através de canais específicos de produtos do sector primário (agricultura, pesca,...), secundário e terciário (serviços, turismo,...) entre as fontes de produção e os vários níveis de consumo: intermediário e final.³⁷

Por outro lado, nas Directivas Económicas e Sociais do IV Congresso da FRELIMO, a comercialização agrícola foi definida como uma actividade planificada desde a produção até a distribuição e venda aos consumidores. Segundo esta visão, a comercialização agrícola é um processo através do qual se acompanha a produção do campo mediante a planificação da produção, distribuição de bens de consumo e serviços essenciais para a produção agrícola, assessoramento e apoio agro-técnico, introdução de novos meios técnicos, apoio na colheita, escoamento e armazenamento, compra oportuna dos excedentes agrícolas, escoamento, distribuição e venda a consumidores e utilizadores.³⁸ Do mesmo modo, Adam³⁹ define a comercialização agrícola como o culminar do ciclo produtivo que atinge o seu fim com a venda da produção agrícola.

Consideraremos comercialização agrícola como um processo que compreende várias fases desde a produção à venda da produção. Ela é uma actividade do sector terciário que efectua a distribuição

³⁶ Andrade, 1976: 02

³⁷ Dicionário de Ciências Sociais, 1986: 211

³⁸ AGRICOM, 1985. 02

³⁹ Adam, 1994: 09

e venda através de canais específicos de produtos, no caso particular do sector primário, especificamente da agricultura.

d) Mercados Rurais

O conceito mercado é definido de duas formas: teoricamente e como sendo um espaço físico. Como espaço físico é o local onde se fazem transacções comerciais. Exemplos destes mercados são o da bolsa de valores ou as feiras que ocorrem em locais concretos. Teoricamente, é definido como um sistema através do qual compradores e vendedores negociam para determinarem os preços e as quantidades de uma mercadoria, que não seja necessariamente em local fixo.⁴⁰

Por outro lado, mercado serve para designar o estado da oferta e da procura em locais onde se fazem transacções. Assim, a interacção de vendedores e compradores determina os preços e as quantidades a transaccionar. Os mercados constituem elementos essenciais do sistema de preços e o seu funcionamento regular depende do alto grau de funcionamento destes.⁴¹

Partindo do princípio que o requisito essencial para a existência de um mercado é a comunicação entre compradores e vendedores, para definirmos o conceito de mercados rurais, partiremos do pressuposto que as transacções são efectuadas nas zonas rurais, através do contacto directo entre vendedores e compradores. Por isso, a noção de mercados rurais que adoptaremos neste trabalho baseia-se na definição de mercado como espaço físico onde se fazem transacções comerciais.

⁴⁰ Samuelsson; Nordhaus, 1998: 750

⁴¹ Dicionário de Ciências Sociais, 1986: 743

4. COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA EM MOÇAMBIQUE

4.1. A Comercialização Agrícola pelo Sector Familiar em Moçambique

4.1.1. No Período pós-Independência (1975 - 1986)

A comercialização da produção agrícola do sector familiar estava integrada na economia colonial e era feita através da rede comercial rural, constituída principalmente pelos cantineiros rurais que compravam a produção e canalizavam-na aos centros urbanos, o que permitia a monetarização da economia rural e possibilitava a compra de insumos agrícolas pelo sector familiar. Segundo Sardinha⁴², nos distritos com produção excedentária, os comerciantes escoavam para o mercado, forneciam a indústria transformadora ou vendiam aos armazéns do Instituto de Cereais de Moçambique (colonial).

Após a independência de Moçambique alcançada em 1975, o país entrou numa crise económica que se manifestou na queda da produção e da comercialização agrícola, devido a saída em massa dos colonos e cantineiros rurais do país. O desagregar da rede de comercialização rural originou dificuldades no escoamento da produção e no aprovisionamento de instrumentos de trabalho e bens de consumo ao sector familiar. Neste período, a produção camponesa comercializada baixou, em cerca de 60%, o que levou o sector familiar, a deixar de produzir para o mercado passando a produzir fundamentalmente para a sua subsistência.⁴³

Face a agudização da crise e na sequência da realização do III Congresso do Partido FRELIMO, em Fevereiro de 1977, no qual o movimento de libertação transformou-se em partido marxista-leninista, que deveria dirigir o país através dum Estado monopartidário socialista, foram tomadas medidas para fazer face a crise económica.⁴⁴

⁴² Sardinha, 2000: 09

⁴³ Wuyts, 1978: 32

⁴⁴ Egerö, 1992: 89

O Congresso decidiu pela centralização da economia no Estado e concebeu uma política agrária baseada no modelo de socialização do campo, isto é, organização do campo em moldes colectivos, em que a agricultura foi considerada a base de desenvolvimento do país. Na prática, a socialização do campo consistia na criação de aldeias comunais, cooperativas de produção e consumo, e machambas estatais. Esta política enquadrava-se na ideologia marxista que primava pelo bem-estar social do povo e defendia a intervenção estatal em todos os sectores. Assim, o Estado passou a ser o sector “dominante e determinante” no processo de desenvolvimento económico através da mecanização das unidades agrícolas estatais.⁴⁵

Neste período, o sector familiar, a par do privado e cooperativo, não beneficiou de investimentos por parte do Estado para a agricultura, porque a lógica da política de socialização do campo era de tornar as famílias rurais em força de trabalho para as machambas estatais, concentrá-las em aldeias comunais e organizá-las em cooperativas.

Esta lógica contrastava com o processo de mecanização das unidades agrícolas estatais, visto que este apenas permitia que grande parte dos trabalhadores fossem recrutados como mão-de-obra sazonal na época da colheita.⁴⁶

Neste contexto, face a saída maciça dos colonos do país e dos cantineiros rurais em particular, o Estado se propunha a substituir o papel dos cantineiros rurais na comercialização agrícola e controlar o sector privado. Assim, à luz do Decreto nº 10/82, o Estado através da Comissão Nacional de Salários e Preços passou a intervir na formação de preços através da marcação de preços, do condicionamento dos preços das empresas e na autorização de preços livres.⁴⁷

⁴⁵ Hanlon, 1984: 95

⁴⁶ Castel-Branco, 1994: 55

⁴⁷ Decreto nº 10/82, de 28 de Julho: Determina a intervenção do Estado na prática de preços.

De acordo com Bowen⁴⁸, os preços fixados administrativamente e demasiado baixos agiram como desmoralizadores da produção agrícola para o mercado oficial (cooperativas e lojas do povo), e alimentaram o surgimento e crescimento do circuito paralelo (informal) que disponibilizava produtos escassos no mercado oficial, porém a preços altos e especulativos.

Assim, a rede comercial oficial, começa a ruir e com ela os impostos porque o número de estabelecimentos começou a diminuir e devido às fugas ao fisco já que por um lado os impostos eram altos e por outro, os produtos vendidos no mercado informal não tinham encargos fiscais.

Mais tarde, surge nos centros urbanos o sistema de abastecimento dirigido, onde a comercialização era feita através da distribuição mensal e equitativa de produtos alimentares básicos, anotada num cartão de abastecimento. Segundo Cassam⁴⁹, este facto incentivou mais o mercado informal porque a quantidade de produtos que cada família tinha direito era insuficiente para a sua alimentação e por isso, a população via-se obrigada a recorrer ao mercado informal de produtos agrícolas.

Em consequência da intervenção do Estado na comercialização agrícola, através de preços fixos e baixos, impedia que os camponeses do sector familiar pudessem maximizar os seus rendimentos, aumentando a sua vulnerabilidade.

Reconhecendo a incapacidade de substituir o papel dos cantineiros rurais, o governo leva a cabo uma reforma no sector comercial rural. Esta reforma consistiu em conferir maior liberdade aos comerciantes privados para exercer a actividade comercial nas zonas rurais, através do Decreto-Lei nº 07/79; desmantelar as Lojas do Povo em 1979, passando as suas competências para a DNCI (MCI) e finaliza a reforma criando a AGRICOM, E.E. em 1981.⁵⁰

⁴⁸ Bowen, 1990: 10

⁴⁹ Cassam, 1998: 19

⁵⁰ Decreto-Lei nº 7/79, de 03 de Agosto. Lei do Comércio Privado.

Estas reformas foram efectuadas no quadro da política de “Desenvolvimento Acelerado” no âmbito da luta contra o subdesenvolvimento lançada pelo governo para a década de 1980, “Década da Vitória Contra o Subdesenvolvimento”. O aspecto mais notável deste plano era a “Ofensiva Política e Organizacional”, direccionada mais às unidades ligadas à produção. Segundo Egerö⁵¹, este plano tinha o objectivo político de combater o abuso de poder a nível local, a corrupção e a ineficiência na economia.

A crise económica caracterizada pela queda da produção, devido ao fracasso da política de socialização do campo dominada pelo sector estatal e a desestabilização movida pelos regimes minoritários da região levou o governo a redefinir a política agrária no IV Congresso do Partido FRELIMO realizado em 1983. Esta política consistia em reorientar o investimento anteriormente concentrado nas grandes unidades estatais para os sectores familiar, privado, e em menor grau para as cooperativas.

A partir de 1984, Moçambique viu-se obrigado a abrir-se ao investimento estrangeiro com o objectivo de aceder à ajuda financeira internacional vinda do “bloco ocidental” e o reescalonamento da dívida externa do país. Deste modo, iniciaram-se as conversações com o BM e ao FMI com o intuito de negociar a dívida e mobilizar investimentos para o financiamento de programas económicos, que culminaram com a assinatura de um acordo em 1985.

No mesmo ano, Moçambique aderiu a *Convenção de Lomé* (III), visando a isenção de taxas aduaneiras às exportações de hortícolas e açúcar dos países da ACP para o mercado da CEE. O reflexo imediato desta adesão foi a liberalização dos preços das hortícolas e frutas e a

⁵¹ Egerö, 1992: 102

reformulação dos programas de desenvolvimento tendo como prioridade o sector privado e familiar.⁵²

Esta abertura permitiu que o sector familiar beneficiasse de investimentos em forma de assistência técnica, serviços de extensão e fornecimento de insumos agrícolas feitos por países e organizações internacionais, de forma a apoiar a produção deste sector.

Portanto, a crise económica e o consequente endividamento externo do país, levaram Moçambique a negociar a sua dívida externa junto ao BM e FMI, que condicionou a ajuda ao país à adopção de um modelo económico liberal, baseado num programa de reajustamento estrutural, contrariamente ao que se tinha decidido no III Congresso da FRELIMO.

4.1.2. O PRE e a Liberalização do Comércio

Após negociações com o BM e o FMI, Moçambique introduziu o PRE em 1987 que marcou o início da liberalização da economia. O PRE é um programa de reajustamento estrutural enquadrado nos PAE propostos pelo FMI e BM, como condicionante à adopção de reformas fundadas na liberalização da economia.

O objectivo do PRE em relação a agricultura era de reverter o declínio da produção, restaurar o nível mínimo de consumo e rendimento para a população particularmente nas zonas rurais, de modo a regressar aos níveis mais altos de crescimento económico após a independência alcançados em 1981.⁵³

No que se refere especificamente a comercialização agrícola, o PRE trouxe alterações à política do governo em relação a comercialização de produtos agrícolas das zonas rurais. Segundo Castel-

⁵² Castel-Branco, 1994: 66. *Convenção de Lomé* - assinada em 1975 (I), 1979 (II) e 1984 (III), sobre as modalidades de troca, visando a isenção de taxas aduaneiras às exportações hortícolas e açúcar dos países da ACP para o mercado da CEE.

⁵³ Hermele, 1990: 14

Branco⁵⁴, o programa preconizava combater o mercado paralelo e introduzir a noção de concorrência entre os produtores. Neste novo contexto, a definição dos preços ficava dependente das condições de mercado, isto é, da procura e da oferta da produção para comercialização, tal como previa o programa em relação a política de preços.

A política de preços visa o estabelecimento de preços que com algumas excepções reflectam os custos de produção e sejam cada vez mais influenciados pelos preços de mercados. Procurar-se-á reduzir gradualmente o número de produtos com preços fixados. Visa também estabelecer equilíbrio entre as relações de troca entre o campo e a cidade privilegiando produtos agrícolas.⁵⁵

A liberalização dos preços dos produtos agrícolas beneficiou em alguns aspectos ao sector familiar, como por exemplo, no alargamento dos mercados e na diversificação de culturas produzidas. Contudo, a liberalização da economia levou ao decréscimo da produção do sector familiar. De acordo com Roesch⁵⁶, este decréscimo deveu-se a oscilação dos preços das mercadorias e sobretudo dos insumos agrícolas.

Adam & Cruz e Silva⁵⁷ acrescentam que, para além da desproporção entre os preços e o crescimento da produção e da produtividade, o decréscimo da produção foi acentuado pela ausência de apoio do Estado ao sector familiar.

Este decréscimo foi causado também pela guerra que dificultou a alocação dos factores de produção, agravou os termos de troca, impossibilitou o acesso ao crédito agrícola para o sector e diminuiu a sua capacidade produtiva. Segundo Abrahamsson⁵⁸, os camponeses sem capitais eram obrigados a comprar bens de consumo mais caros e a aceitar preços mais baixos para os seus produtos que aquele que o sistema de preços fixos anteriormente permitia.

⁵⁴ Castel-Branco, 1994: 66

⁵⁵ Notícias, 1987 (suplemento). Discurso do Primeiro-Ministro Mário Machungo apresentado à Assembleia Popular, aos 22 Setembro de 1987.

⁵⁶ Roesch, 1992: 18

⁵⁷ Adam & Cruz e Silva, 1989: 13

⁵⁸ Abrahamson, 1994: 48

No geral, a produção agrícola comercializada seguiu o mesmo sentido que a economia nos primeiros anos da implementação do PRE até 1989 (Ver: Gráfico nº 1, anexo nº 6). Este facto deveu-se, segundo Castel-Branco⁵⁹, a injeção de moeda externa para angariação de factores de produção porque a partir de 1990 o nível de produção voltou a decair.

Portanto, o PRE veio reforçar as medidas económicas sobre a liberalização tomadas após a assinatura da Convenção de Lomé III em 1985. Apesar do programa ter ajustado oficialmente o sistema de preços aos custos de produção e revertido o sentido de declínio da produção comercializada, o seu impacto fez-se sentir a curto prazo, porque a partir de 1989, a produção agrícola comercializada conheceu um novo decréscimo.

4.1.3. O AGP e o Novo Contexto Sócio-Económico

Com a assinatura do AGP em 1992, foram criadas as bases para um ambiente socio-económico favorável ao aumento da produção agrícola do sector familiar e a implementação da política liberal na comercialização agrícola para os mercados rurais. É neste contexto que se iniciou o processo de regresso de refugiados e deslocados às zonas de origem e a reposição gradual da rede comercial abandonadas pelos proprietários das lojas rurais e destruídas pela guerra.⁶⁰

O conflito armado, que se fez sentir com maior intensidade a partir dos meados da década 80 teve como consequência a paralisação da comercialização rural e destruição da sua rede comercial. Com efeito, estima-se que dum total de 12.671 estabelecimentos comerciais existentes no país em 1996, 27.7% tinham sido destruídos pela guerra.⁶¹

A paz alcançada em 1992 permitiu a implementação da política liberal na comercialização agrícola, principalmente com a flutuação dos preços dos produtos agrícolas à realidade do

⁵⁹ Castel-Branco, 1994: 68

⁶⁰ Sardinha, 2000: 10

⁶¹ MICTUR, 1996: 02

mercado, a par do início da reposição da rede comercial rural que se tinha tornado deficitária devido a destruição e abandono pelos antigos proprietários das cantinas rurais.

Em 1995, foi formulada a política agrária que tinha como um dos objectivos transformar a agricultura de subsistência numa agricultura cada vez mais integrada nas funções de produção, distribuição e processamento, tendentes a alcançar um desenvolvimento do sector familiar auto-suficiente que contribui com excedentes para o mercado, e simultaneamente desenvolver o sector empresarial eficiente e participativo no desenvolvimento rural.⁶²

No que concerne à comercialização agrícola, a nova política agrária previa o aperfeiçoamento do mercado através da criação de infra-estruturas locais com o envolvimento do sector privado no aprovisionamento, assistência técnica e comercialização dos excedentes pós colheita; disponibilização de linhas de crédito através da banca formal e fundos de fomento; e ainda o desenvolvimento de um sistema de incentivos ao camponês.

Segundo o relatório do PROAGRI⁶³, um dos problemas mais graves da economia rural em geral, e nas possibilidades do sector familiar de aproveitar as oportunidades criadas pelo mercado liberalizado para aumentar os seus rendimentos é a dificuldade de acesso regular e estável daquele sector aos mercados agrícolas.

Estas dificuldades manifestam-se a três níveis: ao nível da produção, em obter insumos que permitam a intensificação e diversificação da produção, aumento da produtividade e qualidade, e o balanceamento entre a oferta e a procura. Ao nível da comercialização, em garantir uma colocação dos excedentes agrícolas no mercado consumidor, assim como para a agro-indústria nacional. E ao nível da exportação, em aumentar o acesso dos produtos nacionais aos mercados internacionais.

⁶² MAP, 1995: 11

⁶³ MIC/DNC, 2003: 06

A oferta de insumos agrícolas às famílias camponesas é deficitária, segundo concluiu Cassam⁶⁴, ao afirmar que a comercialização de insumos agrícolas no país em geral é fraca. Muitas aldeias não têm lojas e não há comercialização dos mesmos.

No âmbito da Política e Estratégia Comercial traçada em 1998, o Estado previa realizar acções que visavam a absorção dos excedentes agrícolas das populações pelo mercado, a redução de perdas pós-colheita e a redução dos custos de comercialização. Com efeito, preconizava, entre outras acções, estimular a criação de caixas económicas e associações de poupança e crédito de âmbito local; reabilitar as vias de acesso às zonas com grande potencial produtivo; fomentar e apoiar as iniciativas que visassem a criação de feiras e mercados agrícolas rurais e a criação de associações de produtores e de prestação de serviços.⁶⁵

As dificuldades persistentes na comercialização levaram o governo a elaborar a Estratégia de Comercialização Agrícola (ECA), que previa acções multisectoriais tendentes a melhorar e desenvolver a comercialização agrícola, tendo o Estado como facilitador da comercialização através do fomento de crédito e venda de insumos agrícolas.⁶⁶

Para o sector familiar, o objectivo da ECA era de orientar a produção do sector familiar para o abastecimento do mercado interno, visando a melhoria dos rendimentos monetários das populações do sector familiar; assegurar o funcionamento do circuito da produção agrícola, ou seja, produção, distribuição e consumo; e a monetarização da economia rural e consequente melhoria dos rendimentos da população.⁶⁷

Em suma, o principal objectivo de toda a política agrária definida após o PRE, era de orientar a produção agrícola do sector familiar para o mercado. Contudo, apesar da comercialização deste

⁶⁴ Cassam, 1998: 45

⁶⁵ MICTUR, 1988: 01

⁶⁶ Conselho de Ministros, 2001: 04

⁶⁷ Conselho de Ministros, 2001: 01

sector ter registado melhorias com o novo contexto socio-económico criado pelo AGP, os resultados da produção comercializada ainda encontra-se abaixo das suas potencialidades. Facto que se explica, em parte, porque o Estado retirou-se e liberalizou a actividade, não havendo envolvimento do sector privado formal, estando a actividade a ser desempenhada por agentes informais.

4.2. Enquadramento Legal

No período pós-independência, a intervenção estatal em todos os sectores verifica-se também na comercialização rural ao controlar as actividades dos comerciantes rurais privados, intermediários na comercialização agrícola. Esta posição foi tomada ao abrigo do Decreto-Lei nº 18/77, segundo o qual era obrigatória a participação de todos os comerciantes estabelecidos nas zonas de comercialização de produtos agrícolas, sob a pena de ser interdita o exercício da actividade.⁶⁸

Pelo Decreto Ministerial nº 49/79 foi elaborado o regulamento sobre a comercialização agrícola de produtos não perecíveis e a participação das estruturas do comércio na comercialização. Para além de controlar o comércio privado, o preços dos produtos agrícolas passaram a ser fixados por lei, as transacções entre províncias estavam sujeitas à autorização do MCI e os intervenientes deveriam prestar informações às entidades que superintendiam a actividade, entre outras mediadas de controle da actividade comercial.⁶⁹

Em 1987, Moçambique alterou radicalmente a sua política económica com a introdução do PRE emanada na Resolução nº 15/87 da Assembleia Popular, referente a apresentação do programa ao mesmo órgão.⁷⁰ Esta resolução introduziu a economia de mercado em Moçambique e afectou a comercialização agrícola, liberalizando a actividade comercial, aliviando-a da intervenção estatal.

⁶⁸ Decreto-Lei nº 18/77, de 28 de Abril.

⁶⁹ Decreto Ministerial nº 49/79, de 12 de Maio.

⁷⁰ Resolução nº 15/87, de 22 de Setembro de 1987.

Em 1998, foi aprovado um novo Regulamento do Licenciamento da Actividade Comercial, emanado pelo Decreto Ministerial nº 43/98, cabendo neste regulamento ao Administrador do Distrito autorizar o comércio a título precário nos mercados rurais.⁷¹

As dificuldades persistentes na comercialização levaram o governo a elaborar a ECA (2001 – 2004) aprovada pelo Conselho de Ministros na sua 19ª Sessão Ordinária em 2001. Ainda no quadro de facilitação da comercialização agrícola, foi aprovada o Decreto nº 22/2001, sobre a isenção do IVA à matéria-prima agrícola destinada à indústria.⁷²

Em 2004, foi aprovado um novo Regulamento de Licenciamento da Actividade Comercial, no qual ao abrigo da alínea d) artigo 1º, o agente de comercialização agrícola está enquadrado na “Categoria D”, juntamente com o comerciante ambulante ou itinerante.⁷³ Apesar deste regulamento exigir a obrigatoriedade no licenciamento da actividade do agente de comercialização agrícola, mas o que se verifica no distrito de Xai-Xai é que a actividade das revendedoras informais continua a ser tolerada.

Por um lado, a tolerância das revendedoras informais permite que estas façam chegar a produção agrícola do sector familiar no mercado, mas por outro, deixa o sector familiar em situação de vulnerabilidade, visto que, estas adquirem pequenas quantidades a preços que oscilam de acordo com oferta em prejuízo do sector familiar, porque geralmente, quanto maior é a oferta menor se torna o preço porque os camponeses do sector familiar não possuem outra alternativa de venda.

⁷¹ Decreto-Ministerial nº 43/98, de 09 de Setembro

⁷² MIC, 2003: 02. Boletim Mensal de Comércio Agrícola nº 63.

⁷³ República de Moçambique, 2005: 04. Decreto nº 49/2004, de 17 De Novembro.

Para Anselmo Siteo⁷⁴, no período de comércio liberal, não existe um quadro legal eficiente, que guia a actividade porque os principais agentes são informais ou são os próprios produtores, que somente têm que pagar a licença de venda no mercado para exercer a sua actividade.

Portanto, após a retirada do Estado do sistema de comercialização agrícola e com o conseqüente fim do monopólio das empresas para-estatais na actividade, verifica-se que embora exista um quadro legal que regula a actividade comercial, esta é levada a cabo principalmente por agentes informais que vêem a sua actividade tolerada pelas estruturas administrativas, visto que, no sistema de comercialização agrícola rural não se faz sentir o sector estatal e/ou empresarial formal.

É neste quadro que se verifica o papel da mulher no comércio informal de produtos agrícolas, actuando como revendedora, que adquire os produtos aos camponeses para posterior venda no mercado. Estes fenómeno assiste-se não só na comercialização agrícola local, mas também ao nível das regiões do país, como são o exemplo das mulheres que se deslocam à Manica para adquirir o milho com o fim de revende-lo na região sul do país.

4.3. Locus Institucional

O instrumento principal da política colonial em relação a comercialização agrícola era o Instituto de Cereais de Moçambique⁷⁵, desde a sua criação em 1961, mas a maior parte da produção agrícola passava pelas mãos cantineiros rurais. Segundo Mackintosh⁷⁶, o ICM praticava os mesmos preços aos produtores e aos comerciantes com o objectivo de assegurar a compra de cereais oferecidos para venda, proporcionar ao produtor o recebimento de uma maior percentagem do valor final do produto e evitar que os comerciantes privados pagassem preços demasiado baixos aos pequenos produtores.

⁷⁴ Anselmo Rafael Siteo: Entrevista, Xai-Xai, 10/05/06

⁷⁵ Criado pelo Diploma Legislativo nº 1/61, de 09 de Outubro; e extinto aquando da independência.

⁷⁶ Mackintosh, 1983: 85

Após a independência, para responder a nova organização da produção, em face da adopção do socialismo em Moçambique, o Ministério da Agricultura ficou responsável pela investigação e produção agro-pecuária. É neste contexto que em 1976 foi criada a DINECA, para coordenar os serviços outrora desempenhados pelo Instituto de Cereais de Moçambique (ICM) e pelo Instituto de Algodão de Moçambique (IAM).

Por outro lado, o MCI passou a controlar todas as agências para-estatais de comércio, as quais detinham o monopólio de comercialização de produtos domésticos. São exemplo disso, a AGRICOM no caso de cereais, a HORTOFRUTICULTURA para o caso de vegetais e a MECANAGRO para equipamentos agrícolas. As antigas cantinas rurais, por seu lado, foram transformadas em lojas do povo em 1976, e foram entregues ao sector cooperativo.

A partir da criação da AGRICOM, E.E⁷⁷ em 1981, a comercialização agrícola passou a ser feita em regime de exclusividade, isto é, absorvia toda a produção independentemente da existência de mercado. Era também responsável pela distribuição de insumos aos agricultores e compra de excedentes da produção. Porém, no contexto de economia de mercado, o papel desempenhado pela AGRICOM, E.E foi profundamente afectado, pois a empresa perdeu o monopólio da comercialização agrícola, agravada pelo facto de o conflito armado não ter permitido desempenhar a sua missão e pela entrada de agentes privados no sistema de comercialização agrícola.

Segundo Foquisso⁷⁸, a AGRICOM como o único operador na comercialização agrícola devia ter a capacidade de comprar e vender toda a produção agrícola oferecida. Após a sua extinção o grande constrangimento para o sector familiar foi a falta de informação de mercado, principalmente no que se refere a preços de referência para as culturas a comercializar.

⁷⁷ Despacho do MCI. Cria a comissão instaladora da AGRICOM para organizar a empresa em 7 meses. A mesma deveria reger-se pelo Estatuto-tipo das empresas estatais emanadas no Decreto-Lei nº 17/77, de 28 de Abril.

⁷⁸ Jorge Foquisso; Natálio Elias Xavier: Entrevista, Maputo, 24/04/06

Com efeito, verifica-se a sua desagregação e a substituição pelo ICM em 1994. O ICM herdou os quadros e os bens físicos com excepção das dívidas que foram passadas para o Estado. Esta nova instituição tinha como tarefa particular: actuar como comprador de último recurso, pagando ao agricultor o preço mínimo estabelecido pelo governo para todo o país, contribuir para a estabilização do preço ao produtor e ao consumidor.⁷⁹

Mas, a produção comercializada pelo ICM era relativamente menor devido a sua condição de comprador de último recurso e por conseguinte um menor grau de inserção no meio rural nomeadamente com os produtores e comerciantes, e a entrada de privados na comercialização agrícola rural.

A partir de 1997 o ICM entrou num processo de reforma para adequar a instituição à realidade actual em que há uma maior intervenção do sector privado, há concorrência dos produtos agrícolas do estrangeiro e principalmente devido a falta de fundos para operar na área comercial. De acordo com Jorge Foquisso⁸⁰, a última vez que o ICM actuou na comercialização agrícola foi em 1998/9.

No contexto actual, devido ao fraco envolvimento dos agentes privados que actuam geralmente como intermediários na ligação entre os mercados rural e urbano, o papel principal na comercialização agrícola é desempenhado pelo sector informal, que não constitui um canal seguro de acesso ao mercado, principalmente devido a imprevisibilidade na sua actuação. Por isso, verifica-se nos últimos anos incentiva-se à criação de associações de produtores e a intervenção de projectos de desenvolvimento que visam auxiliar o sector familiar com vista a melhorar as condições de vida no meio rural em aspectos, como por exemplo, a produção e comercialização agrícola, mobilização de crédito, etc.

⁷⁹ Decreto Ministerial nº 3/94, de 11 de Janeiro. Cria o ICM e extingue a AGRICOM, E.E.

⁸⁰ Jorge Foquisso; Natálio Elias Xavier: Entrevista, Maputo, 24/04/06

5. O ESTUDO DE CASO DA COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA PELO SECTOR FAMILIAR NO BAIXO LIMPOPO

5.1. Localização Geográfica e Caracterização da Região

O Baixo Limpopo localiza-se a sul da Província de Gaza, na bacia do rio Limpopo à jusante. A maior parte da zona situa-se nos distritos de Chókwè, Chibuto e Xai-Xai. É uma região com alto potencial produtivo na agricultura, aliado a propensão às cheias. Possui solos férteis e relativamente baixa pressão populacional nas áreas ao longo do rio.⁸¹

O distrito de Xai-Xai localiza-se no extremo sul da província de Gaza, entre os paralelos 25 18'S e 23 48'S e no meridiano 33 19'E, tem uma superfície de 1.749 km² e compreende três postos administrativos: Zonguene, Chonguene e Chicumabane. Faz limite com os distritos de Chókwè e Chibuto a norte, Manjacaze a este, Bilene-Macia a oeste e 80 km de costa do Oceano Índico a sueste. A sua população é estimada para o ano de 2006 em cerca de 218.486 habitantes.⁸² (Vide: Mapa 2, anexo nº 2)

A região do Baixo Limpopo tem dois tipos principais de relevo: a planície aluvial do rio Limpopo (vale) e o planalto arenoso de origem eólica (serra). Os solos da planície (*bilene*⁸³ e *machongo*⁸⁴) têm um bom nível de fertilidade (Ver: Estrutura Geomorfológica, anexo nº 7). O caudal do rio é variável pois depende muito da precipitação irregular e dos períodos de estiagem. Em Xai-Xai, a precipitação média anual é de 1003 mm. Os meses mais chuvosos são os de Dezembro, Fevereiro e Abril, sendo o de Fevereiro de maior precipitação, enquanto os de menor são os de Julho, Agosto e Setembro. As temperaturas médias anuais oscilam entre 22.5° e 24° centígrados.⁸⁵

⁸¹ INGC et. al., 2003: 67

⁸² INE, 2004: 149; INIA, 1995: 19

⁸³ Bilene (bila = argila) – solos argilosos, turfosos que caracterizam a zona mais baixa da planície aluvial devido a proximidade com o lençol freático. (Henrique Chissano: Entrevista, Xai-Xai, 05/05/06)

⁸⁴ Machongos (mi-ndjongo = pequenas nascentes) – solos hidromorfos, argilosos, turfosos, ricos em matéria orgânica localizados no vale, entre o bilene e a encosta da serra. (Henrique Chissano: Entrevista, Xai-Xai, 05/05/06)

⁸⁵ INIA, 1995: 28

A principal infra-estrutura agrária do Baixo Limpopo é o Sistema de Regadio de Xai-Xai situado na margem esquerda do rio Limpopo, que no seu todo ocupa uma área de cerca de 11.000 hectares, incluindo áreas pantanosas, de sequeiro e pastagens. O regadio, que compreende as zonas de rega e de drenagem, tem uma extensão de 8.222 hectares, sendo 4.441 hectares pertencentes aos machongos, localizada entre o regadio e a encosta da serra, e 3.781 hectares de planície aluvial. Apesar de ser uma área fértil, ela apresenta também elevado risco à cheias, proximidade com o lençol freático e dificuldade de drenagem das águas nalgumas zonas com problemas de salinidade dos solos.⁸⁶ (Ver: Mapa 3, anexo nº 3 e Tabela nº 1, anexo nº 4)

A agricultura é praticada tanto na serra como no vale. No vale, pratica-se a agricultura de irrigação, em duas principais zonas de características distintas que constituem o sistema de regadio de Xai-Xai: a zona de rega e a zona de drenagem, protegidos por 70 quilómetros de um dique de protecção contra inundações. A zona de rega era outrora explorada principalmente pelo sector empresarial e a zona de drenagem que foi sempre explorada na sua maioria pelo sector familiar. O regadio era mantido pela SRBL que fazia a manutenção dos canais de irrigação, valas de drenagem e o bombeamento de água para os campos de cultivo a partir do rio Limpopo e controlada através da Barragem de Massingir.

A área de drenagem, ou seja dos *machongos*, possui solos hidromorfos, ricos em matéria orgânica, é uma área adjacente a encosta da serra e não necessita de rega devido a existência de pequenas nascentes e a proximidade relativa com o lençol freático⁸⁷. É nesta área que foram abertas valas de drenagem que conduzem as águas para o rio e são ocupadas principalmente pelo sector familiar em parcelas distribuídas, no período colonial por capatazes e mais tarde pela Comissão Agrária.

⁸⁶ INIA, 1955: 09 e 34

⁸⁷ INIA, 1995: 21

A serra (*n'tlhavene*), é a área de habitação mas também se praticada a agricultura de culturas que não necessitam de muita água para o seu crescimento, tal como milho, mandioca, amendoim e cajú. Serve de zona alternativa de produção quando os campos na zona baixa estão alagados. Estas terras são geralmente pertencentes às famílias e passam de uma geração para outra.

5.2. Historial do Baixo Limpopo

A região do Baixo Limpopo fazia parte do Grande Império de Gaza de Shochangane/ Manikusse e era administrado por Xiluane Dlamine. Este foi sucedido pelo seu filho N'Txai-Xai Dlamine morto na batalha de Chirrunguine e o poder ficou nas mãos do filho Munge, o qual foi usurpado pelos portugueses. Os portugueses ocuparam oficialmente a região do Baixo Limpopo em 1895, instalaram a sua administração, obrigando as populações locais a pagarem impostos.⁸⁸

Em 1897, criaram a povoação comercial de João Belo que em 1911 ascendeu ao estatuto de vila. Com a entrada do Estado Novo em 1930, o regime Salazarista alterou a sua política em relação às colónias, o que possibilitou a realização de investimentos na agricultura com o objectivo de permitir a instalação de colonos na região e assim, o Baixo Limpopo foi transformado numa região para o desenvolvimento agrário através da fixação de colonos.

É neste contexto que por volta de 1950, o governo português através da Brigada Técnica de Fomento Hidro-Agrícola, criada em 1952, usando mão-de-obra local, construiu o dique de protecção contra inundações, os colectores de drenagem das águas para o rio e iniciou o parcelamento dos machongos no âmbito da construção de obras de irrigação e colonização previstas no I Plano de Fomento (1953 - 1958), com o objectivo de incentivar a fixação de colonos na região.

⁸⁸ INIA, 1995: 49

Esta política de fomento agrário e aproveitamento hidro-agrícola foi prosseguida no II Plano de Fomento (1959 - 1964) através da JAPA⁸⁹, como fim de melhorar as condições económicas e sociais dos colonos fixados na região. É neste quadro que prosseguiram as obras de construção do regadio, para permitir a prática da agricultura e no qual a associação de regantes deveria pagar pela rega à SRBL, empresa gestora do sistema de regadio.⁹⁰

Após a independência foi criada na Bacia do rio Limpopo a Unidade Agro-Pecuária do Baixo Limpopo⁹¹ por Despacho do Ministro da Agricultura, com o objectivo de fazer aproveitamento das propriedades agrícolas abandonadas na região. Em 1981, esta Unidade passou a estar subordinada à Secretaria de Estado para o Programa de Desenvolvimento Acelerado da Região do Limpopo e Incomáti, de forma a desenvolver acções previstas no âmbito da década da vitória contra o subdesenvolvimento, segundo o plano de desenvolvimento estatal para a década 80.⁹²

A partir de 1984, na sequência da subdivisão das empresas estatais, como orientação saída do IV Congresso da FRELIMO, a UPBL ficou subordinada a Unidade de Desenvolvimento Agrário (UDA) criada para administrar as empresas estatais menores e desenvolver um trabalho de apoio ao sector familiar. Mais tarde, por volta de 1995, a UDA foi transformada em Direcção Distrital de Agricultura (DDA).

É neste período que foi criada, por volta de 1986, a Comissão Agrária ligada a UDA. A Comissão era um conselho formado por camponeses e dirigida pelo líder da região, anteriormente designado de secretário da aldeia, com o objectivo administrar a da zona baixa (planície aluvial) e tinha a missão de parcelar e distribuir 8 blocos no machongo, que compreendiam cerca de 1000 hectares, ao sector familiar para exploração agrária. A atribuição das parcelas ao sector familiar era feita

⁸⁹ Junta Autónoma de Povoamento Agrário, criada em 1959 por Decreto-Lei nº 1867, de 30 de Março.

⁹⁰ Muchanga, 1999: 27

⁹¹ Designada de "Unidade Agro-Pecuária do Baixo Limpopo" no Boletim da República, e como "Unidade de Produção do Baixo Limpopo" (UPBL), por outras fontes (outra documentação e fontes orais).

⁹² Boletim da República, I Série, nº 25, de 25 de Fevereiro. Cria a Unidade Agro-Pecuária do Baixo Limpopo.

mediante o trabalho de abertura das valas de drenagem seguida de um pedido formulado a Comissão Agrária através do chefe do bloco. Caso a terra não fosse explorada, esta era retirada e colocada a disposição da comissão para um novo parcelamento.⁹³

No que diz respeito a apoios, os camponeses do sector familiar no distrito de Xai-Xai beneficiaram, de 1988 a 1994, de crédito agrícola em dinheiro concedido pela ADCR a 11 aldeias do distrito de Xai-Xai, no valor máximo de 300 mil meticais reembolsáveis após a comercialização; e também crédito em gado de tracção no qual os mutuários deveriam devolver a primeira cria. Para além do crédito agrícola, a ADCR foi responsável pela construção de casas agrárias e deixando-as sob gestão dos camponeses, para facilitar a venda de insumos e promover o associativismo entre os camponeses.⁹⁴

Entre 1988 a 1991, foi desenvolvido um programa que permitiu reabilitar e ampliar a área de cultivo, abrindo mais valas de drenagem na planície aluvial, aumentando assim os campos de cultivo do sistema de regadio em cerca 1.000 hectares. (Ver: Tabela nº 2, anexo nº 4)

Desde então, registou-se um aumento da produção agrícola local interrompida pelas cheias do ano 2000 que assorearam o sistema de regadio de Xai-Xai. É neste contexto que a componente de Desenvolvimento Agrário do PRBMDA encontra-se a reabilitar o sistema de regadio de Xai-Xai, incluindo as casas agrárias, dando, apoio técnico, formação e mobilizando crédito agrícola ao sector familiar, desde o ano 2002.

5.3. Produção Agrícola

A produção local é feita em sistema de policultura, distribuídas entre a zona baixa e a zona alta. As culturas produzidas na região pelo sector familiar são, na serra: milho, mandioca, amendoim, cajú;

⁹³ Inácio Laímo: Entrevista, Chongoene, 09/05/06.

⁹⁴ Henrique Chissano: Entrevista, Xai-Xai, 05/05/06

no machongo: arroz, milho, batata-doce, cana-de-açúcar, hortícolas, banana; e no bilene: milho, feijão manteiga, cana-de-açúcar.⁹⁵ (Ver: Tabela nº 2, anexo nº 4)

Pelas características dos solos da região do Baixo Limpopo, a produção agrícola é afectada pela precipitação e/ou estiagem. Quando chove em abundância a zona baixa produz pouco porque os campos ficam inundados; e quando não chove, dadas as características do solo na serra, a produção é baixa. (Ver: Tabela nº 2, anexo nº 4)

A quase totalidade dos camponeses do sector familiar, incluindo os produtores-vendedores, dedica-se a agricultura a tempo inteiro em extensões de terras, distribuídas pelo vale e a serra, em média de 2.5 hectares. Estes camponeses têm, na sua maioria, idades acima dos 40 anos. Inácio Laímo⁹⁶ afirma que desde o período colonial muitos jovens da região optaram por abraçar o trabalho migratório para a África do Sul ou procuram trabalho nas cidades, mais tarde regressam e dedicam-se a agricultura.

Na lavoura são usados instrumentos simples tal como enxada, catana, pá; combinados algumas vezes com o trabalho de junta-de-bois, dependendo da extensão da terra cultivada. As junta-de-bois são alugadas à proprietários da região. Existem na zona agricultores que exploram extensões de terra relativamente maiores e que usam tractores e/ou moto-cultivadoras recentemente introduzidas pelo PRBMDA e sob gestão das casas agrárias dirigidas pelos próprios camponeses.

Porque os solos são férteis geralmente não se faz uso de fertilizantes, mas de pesticidas antes adquiridos nas cidades de Xai-Xai e Chókwè mas actualmente nas casas agrárias reabilitadas pelo PRBMDA. Na serra recorre-se mais ao estrume produzido por animais. O trabalho na machamba é geralmente desempenhado por elementos do mesmo agregado familiar. Quando há muito trabalho

⁹⁵ INIA, 1995: 13

⁹⁶ Inácio Laímo: Entrevista, Chongoene, 09/05/06

recorre-se a trabalhadores eventuais (*Khurrimela*), pagos geralmente em dinheiro mas também em produtos quando estes assim o pedem.

No período colonial, os camponeses eram obrigados a cultivar o algodão ou o arroz, controlados pela JAPA e sob pena de serem castigados. Era-lhes distribuído sementes, que deviam devolver a mesma quantidade aquando da colheita, e tinham mercado garantido nas cantinas rurais, ICM (colonial) ou nas indústrias de descaroçamento/ descasque.

Neste período, a comercialização agrícola nos mercados rurais era feita através de feiras organizadas, tanto pelos Institutos de Cereais e de Algodão de Moçambique, assim como pelas indústrias de descasque e descaroçamento, sob controle das autoridades administrativas.⁹⁷

Sobre a produção do arroz em Manjacaze, Martha Chissano⁹⁸, conta que imediatamente antes da colheita, os capatazes eram enviados às machambas para fazer a estimativa da produção de cada agricultor e nessa base distribuíam os sacos. Não era permitido consumir o arroz produzido, tinham que comprar arroz para consumo às lojas.

Após a independência, o governo procurou fazer aproveitamento da região face a saída dos colonos-agricultores e cantineiros rurais, criando a UPBL mantida pela SRBL, empresa financiada pelo Estado. Mesmo havendo condições para a produção agrícola do sector familiar, neste período o maior constrangimento foi a falência das indústrias de agro-processamento, principalmente a do arroz, cultura tradicional da região.

Durante o período de conflito armado, no Baixo Limpopo e mais precisamente no distrito de Xai-Xai, uma parte da população da região refugiou-se principalmente em Xai-Xai, mas a maior parte

⁹⁷ José Gomes Jossias Malate: Entrevista, Maputo, 24/07/06

⁹⁸ Hedges, 1999: 149

continuou a produzir, porém apenas para a alimentação. Carlos Gaveta⁹⁹, agricultor em Nhocoene, conta que a população abrigava-se no mato durante a noite e de manhã ia à machamba para trabalhar para garantir a sua sobrevivência.

Um aspecto que muito contribuiu para a baixa produção na região, está ligada às mudanças políticas introduzidas após o fim do intervencionismo estatal como financiador do sistema de regadio e que garantia o funcionamento do mesmo. Como consequência, o Estado deixou de canalizar fundos para o SRBL, e neste contexto os utilizadores do sistema de regadio que deveriam pagar os custos de bombeamento e de manutenção dos canais e valas de drenagem para assegurar o funcionamento do sistema, não pagavam as quotas pela utilização do sistema. Este facto a SRBL a cessar a sua actividade por falta de fundos, que teve como resultado o assoreamento das valas e canais do sistema de regadio por falta de manutenção.¹⁰⁰

Em 2005, a produção agrícola do distrito foi baixa porque os machongos, explorados pelo sector familiar, estão alagados pois está em curso a reabilitação do sistema de regadio pelo PRBMDA. Como alternativa, os camponeses cultivam na serra onde a produção é relativamente menor.

5.4. Comercialização Agrícola no Distrito

No período colonial, o sector familiar estava integrado num sistema em que desempenhava o papel de produtor que comercializava a sua produção, tanto de culturas alimentares como de rendimento, aos cantineiros rurais e às brigadas de compra das indústrias através de feiras organizadas pelas estruturas administrativas locais. Os cantineiros por sua vez faziam chegar a produção aos mercados urbanos ou mesmo as indústrias de agro-processamento.

A saída maciça dos cantineiros rurais aquando da independência está na origem do desagradar da rede comercial rural. Com a adopção da política de socialização do campo após o III Congresso da

⁹⁹ Carlos das Neves Gaveta: Entrevista, Nhocoene, 08/05/06

¹⁰⁰ Henrique Chissano: Entrevista, Xai-Xai, 05/05/06; Asmal Khan: Entrevista, Xai-Xai, 03/05/06

FRELIMO, foram criadas as Lojas do Povo e as Cooperativas de Consumo para o abastecimento equitativo de produtos agrícolas às populações através de preços administrativamente fixados. Dada a incapacidade das lojas do povo em substituir o papel outrora desempenhado pelos cantineiros rurais, estas foram desmanteladas oficialmente em 1979, tendo sido criada para o efeito a AGRICOM, empresa estatal de comercialização agrícola.

A nível provincial, foi criada a REPECA (Repartição Provincial de Comercialização Agrícola) para cuidar do sistema de comercialização agrícola que desmembrou-se com o fim da era colonial, tendo sido substituída em 1981 pela AGRICOM, que passou a fazer a comercialização de cereais na região através das suas brigadas de compra que saíam de Xai-Xai, e tinham armazéns localizados em Xai-Xai, Chókwè, Chibuto e Manjacaze.

Porém a política de preços fixos alimentou o surgimento do circuito informal na comercialização (a *candongá*), que disponibilizava produtos escassos no mercado oficial (cooperativas e lojas do povo), porém a preços altos e especulativos.¹⁰¹ Este circuito adquiria os produtos, açambarcava-os em *stock* até que estes esgotassem no mercado oficial, para serem disponibilizados ao consumidor, contudo a preços variáveis. É neste âmbito que o governo lança uma campanha contra o açambarcador (*xiconhoca*¹⁰²) que deveria ser denunciado para o povo.¹⁰³

A carência de bens alimentares no mercado oficial e as dificuldades do abastecimento dirigido em satisfazer às necessidades mensais da população através de cooperativas de consumo e lojas do povo, estrategicamente localizadas de modo a aprovisionar alimentação equitativa a todo o povo, conferiram a “candongá” um papel cada vez mais importante na comercialização agrícola, devido a quantidade que podia oferecer dada a escassez de bens alimentares no mercado oficial.

¹⁰¹ Bowen, 1990: 10

¹⁰² Figura popular, usada para transmitir imagens ou mensagens da infiltração inimiga, ou de comportamentos e atitudes individualistas que contrariavam os ideais da nova sociedade. (Egerö, 1992: 166)

¹⁰³ Carlos das Neves Gaveta: Entrevista: Nhocoene, 08/05/06

Sobre a evolução do sistema de comercialização, Vasco Machava, camponês em Siaia, conta que:

Antes vendia arroz às lojas da região e a indústria Santos Gil em Xai-Xai. Mais tarde vendi também à AGRICOM, através das suas brigadas que compravam a produção localmente e praticavam preços baixos mas adquiriam toda a produção. Actualmente levo a produção para Xai-Xai, onde vendo no mercado do Limpopo. Transporte de carroça até a estrada e depois de "chapa" para Xai-Xai.¹⁰⁴

Esta afirmação é elucidativa quanto a evolução e o desagregar do sistema de comercialização agrícola ao longo do tempo, sendo actualmente o próprio produtor a envidar esforços para vender a sua produção na cidade de Xai-Xai.

A abertura do país à economia de mercado, significou a perda do monopólio legal da AGRICOM na comercialização. Por um lado, porque o novo sistema económico assim o exigia, mas por outro, porque verificava-se a actuação de um número cada vez maior de agentes privados, enquadrados no sistema informal que ganhava a sua importância na comercialização agrícola.

A AGRICOM foi substituída em 1994 pelo ICM, e dada a sua condição de comprador de último recurso, não se fez sentir a nível do distrito de Xai-Xai, devido a proximidade relativa das zonas de produção com a cidade de Xai-Xai, potencial mercado. Neste contexto, a actuação do ICM ficou ofuscada pela intervenção de agentes privados informais. A empresa parou de fazer comercialização na campanha de 1997/8 por falta de meios.¹⁰⁵

5.4.1. Agentes

O sistema rígido de controle da comercialização outrora centralizada no Estado, está na origem do surgimento do sector informal na comercialização agrícola devido a política de preços fixos e baixos. Não constituindo um forte concorrente do Estado, este sector desempenhava um papel importante na comercialização da produção agrícola do sector familiar no Distrito de Xai-Xai.

¹⁰⁴ Vasco Machava: Entrevista, Siaia, 11/05/06

¹⁰⁵ Anselmo Rafael Siteo: Entrevista, Xai-Xai, 10/05/06

Nos últimos anos, as explorações agrícolas do sector familiar produzem em volumes reduzidos e de baixa qualidade, sujeitas a flutuação dos preços, o que torna a comercialização pouco atractiva, limita o desenvolvimento do mercado de produtos agrícolas e retrai o envolvimento do sector empresarial formal na comercialização. Portanto, as características da produção tornam a comercialização agrícola no distrito de Xai-Xai pouco atractiva e por isso a comercialização agrícola é assegurada por mulheres revendedoras informais (*magwevas*).

A sua génese está ligada ao surgimento da “*candongá*” no período anterior ao PRE. Após o AGP, dado que a actividade do ICM no distrito era quase nula, e o envolvimento do sector privado também se mostrou fraco, as revendedoras informais tornaram-se nas principais agentes na comercialização agrícola no distrito.

A sua ligação com o sector formal estabelece-se pois as revendedoras são fornecedoras de produtos agrícolas a outros revendedores, mercearias e restaurantes. Elas adquirem pequenas quantidades e são flexíveis às alterações de mercado, sobretudo em situações de elevada oferta. Actuam mais de forma ocasional, sem previsão de quando, quanto e a que preço serão realizadas as suas transacções, o que deixa o sector familiar em situação de grande fragilidade, uma vez que não dispõe de um sistema eficaz que sirva de canal regular de acesso ao mercado.

Os próprios produtores actuam também como agentes, geralmente quando se trata de comercializar a produção no mercado local e poucos são os que procuram transportar a produção para a cidade com o fim de comercializá-la, deixando em papel a cargo das revendedoras informais.

Porém, apesar da actuação das revendedoras informais ser principalmente sazonal, existem aquelas que se deslocam à Manica, Chókwè e Maputo (zonas verdes) para adquirir o milho, tomate e hortícolas, respectivamente, para venderem-nas no Mercado Limpopo.

5.4.2. Mercado

A produção agrícola do Baixo Limpopo é vendida localmente no mercado “Senta-Baixo”, localizado no entroncamento entre a EN1 e a EN207 (Chongoene - Chibuto), no Posto Administrativo de Chongoene e, a maior parte, no mercado Limpopo na cidade de Xai-Xai. A produção vendida em Xai-Xai é na maior parte adquirido pelas revendedoras informais, mas também por algumas mulheres produtoras que se encarregam de vender a sua própria produção. Enquanto que no mercado “Senta-Baixo” são geralmente as próprias produtoras a comercializar.

No caso das hortícolas, produzidas maioritariamente para o mercado, elas são compradas principalmente pelas revendedoras informais que se dirigem às machambas dos camponeses para adquirir os produtos, transportam de “chapa¹⁰⁶” e revendem no mercado Limpopo, em Xai-Xai.

No que diz respeito ao milho e ao arroz, a situação é diferente. O milho é colhido, transportado de carroça para as casas, onde é debulhado e têm como destino principal o auto-consumo das famílias. O milho comercializado é o excedente tirado, depois enchido o celeiro ou conservado em sacos para a alimentação, este é geralmente vendido nas próprias casas a quem lá se dirigir para comprar. Muitas vezes é vendido a pessoas da mesma zona, mas quando é em grandes quantidades é adquirido pelas revendedoras informais que o colocam no mercado.

Uma pequena parte do milho e arroz é conservada para semente da campanha agrícola seguinte, facto que determina a reprodução das mesmas variedades, apesar da existência de sementes melhoradas e de maior qualidade nas lojas de venda de insumos e nas casas agrárias. A reprodução de milho da mesma qualidade tem o seu impacto a nível da comercialização devido a forte concorrência do “milho do Chimoio¹⁰⁷” e do Chókwè (Matuba) que se encontram em grandes

¹⁰⁶ Transporte semi-colectivo de passageiros e também de carga através de atrelados que circulam na via Chibuto - Xai-Xai e permitem transportar quantidades consideráveis de produtos agrícolas para o mercado de Xai-Xai.

¹⁰⁷ Milho de Chimoio – é assim chamado a todo o milho comprado para além do rio Save e não necessariamente na cidade de Chimoio, Província de Manica. (Georgina Macucula: Entrevista, Xai-Xai, 10/05/06)

quantidades no mercado do Limpopo, em detrimento da produção local. O mesmo acontece com a produção de tomate local, que está sob concorrência com o tomate trazido do Chókwè, vendido a um preço quase igual ao preço vendido na cidade de Maputo, e que inunda o mercado do Limpopo, principal posto de venda da produção agrícola do distrito de Xai-Xai.

Quanto ao arroz, a sua comercialização é quase nula, pois é consumido ou trocado localmente por falta de mercado, indústria de descasque na região e devido a concorrência com o arroz importado, o que leva o sector familiar a produzir em pequenas quantidades para a própria alimentação.¹⁰⁸

A concorrência dos produtos importados e a ajuda alimentar que Moçambique beneficiou desde a abertura do país a ajuda externa, tiveram um impacto negativo na produção agrícola do sector familiar. Segundo Abrahamsson¹⁰⁹, em consequência dos camponeses poderem comprar comida importada no mercado oficial a preços razoáveis, eles começaram a sobre-explorar a terra.

Por seu lado, existem camponeses que, do que produzem, nada vendem. Estes sobrevivem da venda de molhos de caniço extraídos da planície e do trabalho eventual (*Khurrimela*). Este é o caso de Henrique Malhaúle¹¹⁰, um camponês de 66 anos, que apesar de viver somente da agricultura, e possuir 1 hectare e $\frac{1}{4}$ distribuídos entre a serra e o machongo, conseguir em média por campanha 4 sacos de arroz, 2 de milho (50kg) e ainda hortícolas, afirma que não vende nada do que produz. O destino da sua produção é a alimentação do agregado familiar de 5 elementos.

¹⁰⁸ Daniel Moisés Guambe: Entrevista, Xai-Xai, 02/05/06

¹⁰⁹ Abrahamsson, 1993: 191

¹¹⁰ Henrique Malhaúle: Entrevista, Poiombo, 12/05/06

5.4.3. Preços

Num período em que os preços dos produtos agrícolas estão liberalizados, a formação dos preços fica teoricamente dependente dos custos de produção, da procura e da oferta. Quando a procura é elevada, os preços tendem a subir; e quando a oferta é maior os preços tendem a baixar.¹¹¹

A estrutura de custos do sector familiar baseia-se principalmente no trabalho desempenhado geralmente por membros do mesmo agregado familiar usando instrumentos de trabalho simples para a prática de uma agricultura não mecanizada. Pelas suas características, o investimento em factores de produção e insumos agrícolas é baixo.

No Baixo Limpopo, quando a oferta é maior, ao invés de se baixar os preços, os produtores mantêm-no, contudo aumentam a quantidade do produto a comercializar, de forma a liquidar a produção. Para Inácio Laímo¹¹², os camponeses da região são vulneráveis quanto a formação do preço pois eles têm pressa em vender a sua produção porque não tem como conservá-la. Portanto, não faz estudo de mercado e nem gestão de “stocks”.

O preço que deveria ser marcado pelo produtor está sujeito à discussão entre o produtor-vendedor e o comprador-revendedor, pois as revendedeiras informais têm informação dos preços de mercado e estão em vantagem em relação aos camponeses. Este sistema de preços é criticado por não beneficiar os camponeses, segundo Carlos Gaveta:

Actualmente, é aparentemente o dono que marca o preço dos produtos. O governo devia marcar os preços mínimos dos produtos como antigamente, porque este sistema de preços livre só prejudica os camponeses (...) é por isso que os camponeses produzem só para alimentação porque não sabem a que preço vão vender.¹¹³

Em alguns casos, o preço a praticar é de consenso. No mercado do Limpopo, o preço é decidido pela comissão de vendedores de forma a não prejudicar os revendedores, tomando em conta os

¹¹¹ Samulsson; Nordhauss, 1998: 90

¹¹² Inácio Laímo: Entrevista, Chongoene, 09/05/06

¹¹³ Carlos das Neves Gaveta: Entrevista, Nhocoene, 08/05/06

preços de compra aos produtores e margem de lucro possível de acordo com a oferta. Na zona de Chongoene, onde existem associações de camponeses, o preço é combinado entre os associados.¹¹⁴

5.5. Indústria de Agro-Processamento

A indústria de agro-processamento foi no período colonial um segmento importante para a absorção da produção agrícola do Baixo Limpopo. Em Xai-Xai existiam indústrias de descasque de arroz (Paulino Santos Gil), de descaroçamento da castanha de cajú (Mocita), Empresa de Algodão de Gaza e Empresa Agrícola de Banana ("Socas") de Zongoene.

Estas indústrias foram criadas principalmente na década 50 e 60 e dependiam da produção agrícola do sector familiar, compradas através de feiras organizadas pela administração local, onde os compradores eram o Instituto de Cereais e de Algodão de Moçambique (ICM e IAM), os cantineiros rurais ou ainda pelas brigadas de compra das próprias indústrias.¹¹⁵

Após a independência, as indústrias foram nacionalizadas a favor do Estado e, nesse contexto, sobreviveram graças ao financiamento do Estado e controladas pela Secretária de Estado para Região de Limpopo e Incomáti (SERLI). A partir de 1987, o parque industrial local que resistiu ao difícil período do conflito armado, no que respeita ao aprovisionamento de matéria-prima, entrou em processo de privatização.

No caso da indústria de descasque de arroz cessou actividades por volta de 1986 e a sua paralisação esta ligada ao mau funcionamento do sistema de regadio devido a não pagamento das quotas de utilização pelos camponeses do sector familiar e a retida dos agricultores empresariais que exploravam a zona de rega e produziam grandes quantidades.¹¹⁶

¹¹⁴ Xadrique Maibasse: Entrevista, Chongoene, 09/05/06

¹¹⁵ José Gomes Jossias Malate: Entrevista, Maputo, 25/07/06

¹¹⁶ Asmal Khan: Entrevista, Xai-Xai, 03/05/06

A alternativa dos produtores de Xai-Xai era recorrer a pequenas máquinas de privados, que também pararam de funcionar por problemas de manutenção, ou transportar a produção para a ORLI, Orizícola do Limpopo de Chókwè, que funciona com deficiências devido ao estado obsoleto da maquinaria que regista muitas perdas. A última solução era transportar o arroz para a indústria da Palmeira (Inácio de Sousa) na Manhiça, província de Maputo, a cerca de 100 km de Xai-Xai, mas os custos de produção e transporte não são compensados pelo preço praticado pela indústria, o que desmotiva os produtores a dedicarem-se a cultura do arroz com fins comerciais.¹¹⁷

Por seu lado, a indústria de descaroçamento da castanha de cajú de Xai-Xai ficou afectada pela baixa produção causada pelo conflito armado que atingiu principalmente o distrito de Manjacaze, grande produtor de castanha de cajú. Mais tarde, deixou de laborar devido a baixa qualidade da matéria-prima em comparação com a existente no mercado mundial, no que se refere ao tamanho da castanha, agravada pela “*Doença de Oídio*” e envelhecimento dos cajueiros.¹¹⁸

No que respeita a indústria de descaroçamento de algodão que antes era uma empresa estatal, entrou num processo de privatização em 1994. Malate¹¹⁹ conta que após a privatização, o ritmo de produção baixou muito e a empresa parou de laborar na campanha 95/6.

Portanto, a agro-indústria que seria um segmento importante para a absorção e aproveitamento das culturas de rendimento produzidas localmente, é inexistente no Baixo Limpopo, porque o parque industrial que outrora desempenhava esse papel entrou em falência após o PRE, quando o Estado iniciou o processo de privatização das empresas estatais, o que constituiu um factor desmotivador para a agricultura local com fim comercial.

¹¹⁷ Carlos Gaveta: Entrevista, Nhocoene, 08/05/06; Daniel Mate: Entrevista, Xai-Xai, 02/05/06.

¹¹⁸ Henrique Chissano: Entrevista, Xai-Xai, 05/05/06

¹¹⁹ José Gomes Jossias Malate: Entrevista, Maputo, 25/07/06

6. CONCLUSÃO

A adopção da política económica liberal em Moçambique, iniciada com o PRE deveria lançar as bases para que o sector familiar pudesse maximizar os seus rendimentos através da comercialização agrícola, porque a partir de então ficaram liberalizados os preços dos produtos agrícolas e estes poderiam ser ajustados aos custos de produção, ao mesmo tempo que a concorrência e o acesso aos mercados tornaram-se livres.

No Baixo Limpopo, a liberalização económica está na origem de problemas que afectaram a produção e automaticamente a comercialização agrícola. Com efeito, a nova política de preços livres deixou os camponeses do sector familiar em situação de vulnerabilidade no que se refere a definição dos termos de troca dos produtos agrícolas, porque estes passaram a estar fortemente dependentes das forças de mercado e por isso os camponeses são obrigados a aceitar preços mais baixos para os seus produtos, praticados principalmente pelas revendedoras informais, devido a inexistência de um sector comercial formal e ainda de preços mínimos de referência.

Por conseguinte, a estrutura de preços do sector familiar, baseada principalmente na força de trabalho dos membros do agregado familiar e em factores de produção simples, não é compensada pelo preço praticado principalmente sector comercial informal. Esta situação é agravada pelo não funcionamento das indústrias de agro-processamento da região, que aumentariam a procura e se tornariam num mercado garantido para a produção agrícola local.

Por outro lado, com a liberalização económica, o Estado deixou de canalizar fundos à SRBL, peça chave na manutenção do regadio de Xai-Xai e o garante de boa produção agrícola do distrito, passando a empresa à gestão privada, o que resultou na sua paralisação devido a problemas organizacionais na gestão do regadio, face ao novo sistema de angariação de fundos entre os regantes para a manutenção do regadio.

Actualmente, nas explorações agrícolas do sector familiar produz-se volumes reduzidos em sistema de policultura e de relativa baixa qualidade, sujeitas à flutuação dos preços fortemente dependentes da procura e da oferta, o que torna a comercialização pouco atractiva e limita o desenvolvimento do mercado de produtos agrícolas, retraindo o envolvimento do sector empresarial formal na comercialização.

Por seu lado, a falta de um apoio institucional devido a paralisação da AGRICOM e a condição do ICM de comparador de último recurso, levou a fraca actuação da empresa no Baixo Limpopo e deixou como única alternativa para colocação da produção do sector familiar no mercado a actividade das revendedores informais, flexíveis a reagir perante alterações de mercado, porém actuam mais de forma ocasional, sem previsão de quando, quanto e a que preço serão realizadas as suas transacções, o que deixa o sector familiar em situação de grande fragilidade, uma vez que não dispõe de um sistema eficaz que sirva de canal regular de acesso ao mercado.

Embora se registem melhorias na produção agrária, não existe um sistema de comercialização agrícola que garanta uma procura regular da produção do sector familiar, o que torna a comercialização agrícola pouco atractiva do ponto de vista comercial e limita o desenvolvimento dos mercados rurais, retraindo o envolvimento do sector empresarial formal ou mesmo estatal, estando a comercialização agrícola a cargo de revendedoras informais. Esta situação impossibilita o sector familiar de tirar maiores rendimentos da comercialização agrícola, não produzindo deste modo melhorias significativas nas condições de vida dos produtores.

Com este estudo, pretendemos também lançar linhas de pesquisa futuras, não só sobre a comercialização agrícola, mas sobre o porquê de o sector familiar não aproveitar as oportunidades criadas pelo mercado liberalizado para maximizar os seus rendimentos na agricultura.

7. BIBLIOGRAFIA

Legislação

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE (1979). Diploma Ministerial nº 49/79: Regula a comercialização de produtos agrícolas não perecíveis e a participação das estruturas do comércio na comercialização. *Boletim da República*. I Série, Número 54, de 12 de Maio.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE (1979). Decreto-Lei nº 7/79: Lei do Comércio Privado. *Boletim da República*. I série, Número 70, de 03 de Agosto.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE (1981). Despacho do MCI: Cria a comissão instaladora da AGRICOM, E.E. *Boletim da República*. I Série, Número 25, de 24 de Julho.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE (1987). Resolução nº 15/87 da Assembleia Popular: Apresentação do PRE. *Boletim da República*. I Série, Número 37, de 22 de Setembro. 4º Suplemento.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE (1994). Resolução nº 3/94: cria o ICM e extingue a AGRICOM, E.E. *Boletim da República*. I Série, Número 1, de 11 de Janeiro. 2º Suplemento.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE (1998). Resolução Nº. 25/98: Aprova a Política e Estratégia Comercial. *Boletim da República*, I Série, Número 26, 7 de Julho.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE (2005). *Licenciamento Industrial e Comercial*. Maputo: MozLegal, 107 p.

Documentos não Publicados

ADAM, Yussuf; CRUZ E SILVA, Teresa (1989). *Mercados e Preços nas Zonas Rurais*. Maputo: CEA/UEM. (estudo preparatório)

ADAM, Yussuf (1994). *Contribuição para uma reflexão sobre o sector agrário em Moçambique* (draft). Maputo: CEA/UEM. 15 p.

AGRICOM (1985). *Proposta para a reorganização da Direcção de comercialização agrícola: objectivos e estratégias*. Maputo: Direcção Geral. 15 p.

CARRILHO, J. (1994). *Estratégia alternativa de desenvolvimento agrário*. Maputo: ASDI. 89 p.

CARRILHO, João; et. al. (2003). *Qual o Papel da Agricultura Familiar Comercial no Desenvolvimento Rural e Redução da Pobreza em Moçambique?* MADER/DE. 32 p.

CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno (1996). Reflexões sobre a dinamização da Economia Rural. In: *Estratégias para Acelerar o Crescimento Económico em Moçambique*. (Mesa Redonda) UEM/MPF. Maputo, 6 de Março de 1996. 13 p.

CLUSA/DNCI/FAO-EC (1999). *A necessidade de introduzir mudanças fundamentais no processo legal de registo para associações de produtores*. Maputo: MIC, Julho. 10 p.

DIRECÇÃO PROVINCIAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL DE GAZA (2001). *Relatório de balanço da campanha agrícola 200/2001*. Gaza: DPADR. 18 p.

- MAP (1995). *Política agrária e estratégias de implementação*. Maputo. Outubro. 36 p.
- MAP/ Grupo de Desenvolvimento Institucional (1995). *Processo de formulação do PROAGRI: política agrária e estratégias de implementação*. Maputo: MAP (Serie Documento de Base nº 1)
- MIC (2000). *Síntese dos seminários sobre opções financeiras para a comercialização agrícola e Moçambique*. Maputo: MIC. 20 p.
- MIC/DNC (2003). *MADER-PROAGRI-2, Alguns aspectos da comercialização agrícola: acesso de produtores e integração nos mercados*. Maputo. 23 p.
- MICTUR (1996). *Estudos sobre as necessidades para a reabilitação da rede comercial rural*. Maputo. 14 p.
- REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE/ Conselho de Ministros (2001). *Estratégia de comercialização agrícola, 2000 – 2004*. Maputo. 43 p.
- TANNER, Christopher, et. al, (1992). *O Desinvestimento das Empresas Agrícolas Estatais em Moçambique: disputas sobre a propriedade e questões que afectam à política de acesso à novas terra - o caso do Chókwè, Província. de Gaza*. Maputo: USAID/ Universidade de WISCONSIN – MADISON (Land Tenure Center). 72 p.
- TSCHIRLEY, David L; BENFICA, Rui (2001). *Sector Familiar Agrícola, Mercado de trabalho Rural e Alívio da Pobreza Rural em Áreas com Abundância de Terras em África: Evidência de Moçambique*. Maputo: MADER/ Direcção de Economia (Relatórios de Pesquisa). 35 p.
- Teses**
- ANDRADE, Marcelo, (1976). *Comercialização interna em Moçambique*. Maputo: Faculdade de Economia - UEM. 09 p. (Resumo do Trabalho de Seminário de Fim de Curso)
- CARDOSO, Fernando Jorge, (1991). *Estratégias, economias locais e empresas agrárias. O desenvolvimento rural em Moçambique*. Vol. 1. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa. 527 p. (Tese de doutoramento)
- CASSAM, Khalid (1998). *Rede de Comercialização de implementos de tracção animal em Maputo e Chókwè*. Dissertação de licenciatura em Agronomia. Maputo: FAEF- UEM. 49 p.
- MUCHANGA, Jorge Augusto (1999). *Os camponeses da barra do Limpopo e o impacto da colonização da JAPA, 1954 – 1975*. Dissertação de licenciatura em História. Maputo: DH/UEM. 62 p.
- SARDINHA, Américo Abel, (2000). *Aspectos da comercialização agrícola no distrito de Malema: modalidades de comercialização agrícola de camponeses associados e não associados do sector familiar*. Dissertação de licenciatura em Agronomia. Maputo: FAEF-UEM. 59 p.
- VALÁ, Salim Cripton. (1996). *A história da posse de terras na região agrária de Chokwé (1975 – 1995)*. Dissertação de licenciatura em História. Maputo: UEM/ DH.

Monografias

ABRAHAMSSON, Hans; NILSSON, Anders (1998). *Moçambique em transição: um estudo da história do desenvolvimento durante o período 1975 – 1992*. Maputo: CEEI-ISRI. 365 p.

ACNUR/PNUD (1997). *Perfil do Desenvolvimento Distrital: Distrito de Xai-Xai, Província de Gaza*. Maputo: ACNUR/PNUD. 18 p.

CARDOSO, Fernando Jorge (1993). *Gestão e Desenvolvimento: Moçambique no contexto da África sub-sahariana*. Lisboa: Fim do Século. 359 p.

CASTEL-BRANCO, C. (1994), “Problemas Estruturais do Desenvolvimento Agrário”. In: Castel-Branco, C. Nuno (coord.). *Moçambique: Perspectivas Económicas*. Maputo: UEM. pp. 31 – 87.

CAVACO, Carminda (1999). “Desenvolvimento Rural”. In: Cavaco, Carminda (coord). *Desenvolvimento Rural: desafios e utopia*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos. 455 p.

Dicionário de Ciências Sociais (1986). Rio de Janeiro: Fundação G. Vargas. 1421 p.

EGERÖ, Bertil (1992). *Moçambique: os primeiros dez anos de construção da democracia*. Maputo: AHM (Estudos 8). 272 p.

Enciclopédia Portuguesa e Brasileira (1965). Lisboa: Editorial Enciclopédia.

HANLON, J. (1984), *Mozambique: The Revolution Under Fire*, London: Zed Books. 324 p.

HEDGES; Rocha, (1999). Moçambique durante o apogeu do colonialismo português. In: Hedges (Coord.). *História de Moçambique: vol. 2, 2 ed.* Maputo: Livraria Universitária. pp. 129 – 193.

HERMELE, Kenneth (1990). *Moçambique numa encruzilhada: economia política na era de ajustamento estrutural*. Bergen: CHR Michelson Institute. 48 p.

INGC et. al. (2003). *Atlas para preparação e resposta contra desastres na Bacia do Limpopo*. Cidade do Cabo: Creda Communications. 99 p.

INE (2004). *Actualização das projecções das populações dos distritos, 1997 – 2015: região sul*. Maputo: INE (Série: Estudos nº 3, 2 ed. Vol. 3). 503 p.

INIA (1995). *Sistema de produção: diagnóstico do rural rápido do sector familiar no distrito de Xai-Xai*. Maputo: DNDR/MA. (Série de Documentos de Campo nº 11). 140 p.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. (1992). *Metodologia de trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projecto, publicação e trabalho científico*, 4 ed. São-Paulo: Atlas.

MÉNARD, Mathilde (1990). *Dicionário de termos económicos*. Lisboa: Europa-América. 102 p.

NEGRÃO, José (2001). *Cem anos de economia da família rural africana: o delta do Zambeze em análise retrospectiva*. Maputo: PROMÉDIA. 387 p.

QUESNAY, François (1969). "Filosofia rural". In: Quesnay, François *Quadro económico: análise das variações dos rendimentos de uma nação*. Lisboa: Calouste Gulbenkian. pp. 147 - 211.

SIMTH, Adam (1993). *Inquérito sobre a causa da riqueza das nações*, vol I, 3 ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian. 823 p.

SAMUELSON, Paul; NORDHAUSS, W. (1993). *Economia*, 14ª ed. Lisboa: McGraw-Hill, 909 p.

SILVA, Edna da (2001). *Metodologia de pesquisa e elaboração de dissertações*, 3 ed. rev. act. Florianópolis: UFSC/LED. 121p.

WUYTS, Marc (1978). *Camponeses e economia rural em Moçambique*. Maputo: CEA. 30 p.

Artigos de Revistas & Jornais

BOWEN, Merle. (1990). "Agricultura camponesa em Moçambique: o caso do Chókwè na província de Gaza". In: *Revista Arquivo*, nº 7. Maputo: AHM. pp. 5 -44.

Discurso do Primeiro-Ministro Mário Machungo (1987). (Apresentação do PRE à Assembleia Popular): 5ª Sessão, 2ª Legislatura. In: *Notícias*, suplemento. Maputo: Setembro.

HERMELE, Kenneth (1998). "Lutas contemporâneas pela terra no vale do Limpopo: estudo de casos de Chókwè, Moçambique. 1950 - 1985". In: Bragança, Aquino (Dir.) *Estudos Moçambicanos nº 5/ 6*. Maputo: CEA. pp. 53 - 81.

MACKINTOSH, Maureen (1983). "Comércio e acumulação: a comercialização do milho na Alta Zambézia". In: *Estudos Moçambicanos nº 4*. Maputo: CEA/UEM. pp. 77 - 102.

MIC (2003). Boletim Mensal de Comércio Agrícola nº 63. *Comercialização agrícola no país*. Maputo: DNC/MIC. Novembro e Dezembro.

MOSCA, João (1993). "O papel do Estado no pós guerra e num contexto de ajustamento estrutural". In: *Estudos Moçambicanos nº 11/12*. Maputo: CEA/UEM. pp. 51 - 67.

MOSCA, João; DELGADO, Felissa (1992). "Alguns aspectos sobre os efeitos do PRE na agricultura". In: *Estudos Moçambicanos nº 13*. Maputo: CEA/UEM. pp. 53 - 73

NEGRÃO, José (1994). "Sector familiar: adjudicação do tempo de trabalho e processo da tomada de decisões na família rural africana". In: *Extra*, nº 14, Janeiro - Abril. pp. 2 - 9.

ROESCH, Otto (1992), "A Reforma Económica em Moçambique: Notas sobre a Estabilização, a Guerra e a Formação de Classes". In: *Arquivo nº 11*. Maputo: UEM/CEA. pp.14 -15.

TRINDADE, José Carlos (1989). "Comercialização de produtos agrícolas". In: *Extra*, nº 1. Março - Agosto. pp. 18 - 21.

Wikipédia (2006). "A enciclopédia livre: história do pensamento económico". In: http://pt.wikipedia.org/wiki/pensamento_economico

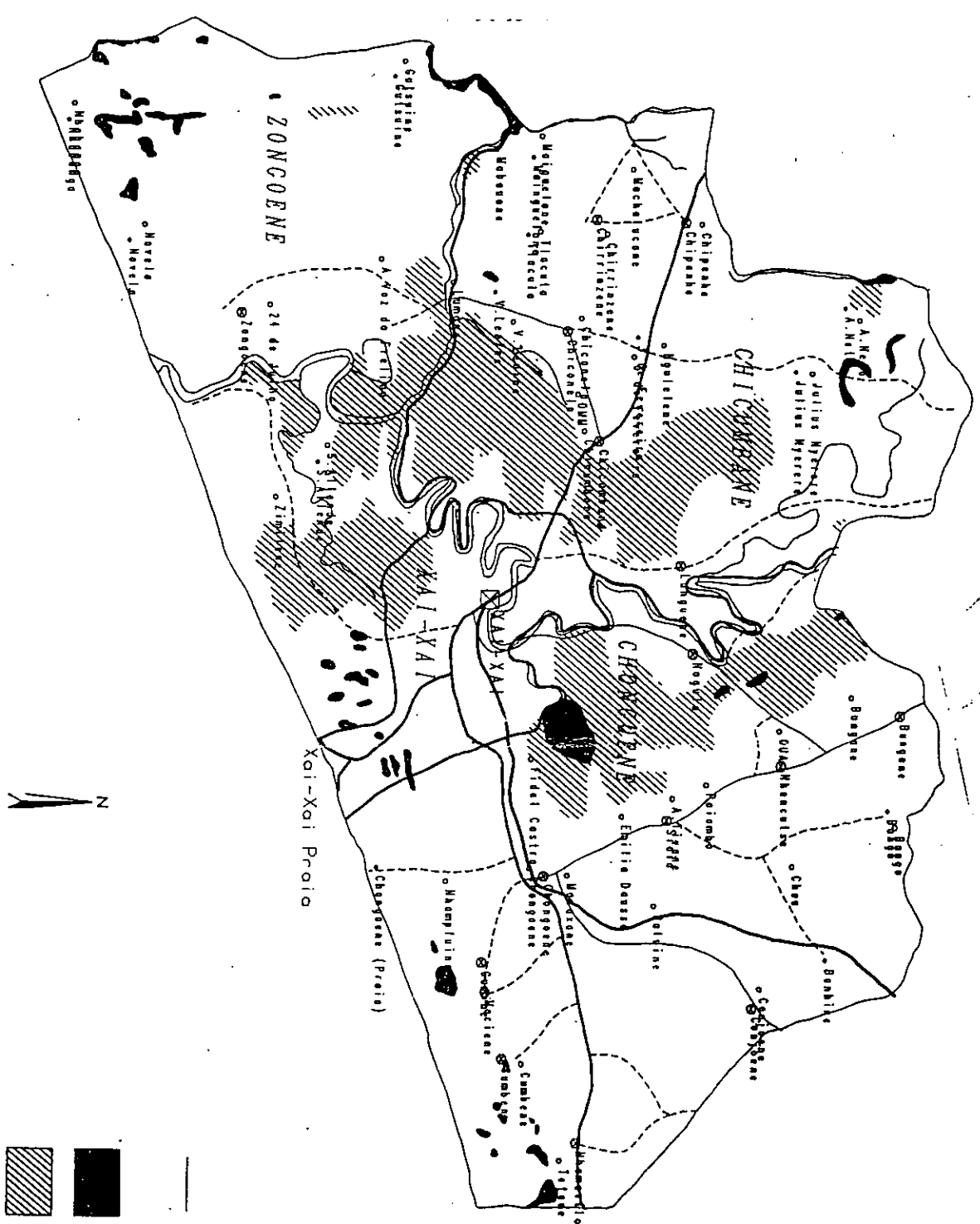
Fontes Oraís: lista dos entrevistados

Nº	Nome	Ocupação	Local	Data
1	Jorge Foquisso	Func. ex-AGRICOM/ ICM	Maputo	24/04/06
2	Natálio Elías Xavier	Func. ex-AGRICOM/ ICM	Maputo	24/04/06
3	Daniel Mate	Eng. Agrónomo PRBMDA	Xai-Xai	02/05/06
4	Augusto Bulanhane Mazive	Funcionário da ADCR	Xai-Xai	02/05/06
5	Daniel Moisés Guambe	Funcionário da ADCR	Xai-Xai	02/05/06
6	Asmal Khan	ex-Director da SRBL	Xai-Xai	03/05/06
7	Henrique Chissano	Director da ADCR	Xai-Xai	05/05/06
8	Carlos das Neves Gaveta	Camponês	Nhocoene	08/05/06
9	Alda Inácio Nhamoneca	Camponesa	Nhocoene	08/05/06
10	Teresa Vicente Macuacua	Camponesa	Nhocoene	08/05/06
11	Anastácia Mbophale Mondlane	Camponesa	Nhocoene	08/05/06
12	Salvador Matavel	Camponês	Nhacuste	09/05/06
13	Jorge Tsamba	Camponês	Nhacuste	09/05/06
14	Jossias Manhique	Camponês	Nhacuste	09/05/06
15	Orlando Vasco Mabai	Camponês	Nhacuste	09/05/06
16	Felismina Mponduane N'tseu	Camponesa	Chonguene	09/05/06
17	Rute Macamo	Camponesa	Chonguene	09/05/06
18	Rosa Amosse Chiúre	Camponesa	Chonguene	09/05/06
19	António Khumaio	Camponês	Chonguene	09/05/06
20	Xadrequé Maibasse	Camponês	Chonguene	09/05/06
21	Inácio Laímo	Extensionista	Chonguene	09/05/06
22	Lúcia Alberto	Compradora informal	Xai-Xai	10/05/06
23	Maria Simão	Camponesa/vendedora	Xai-Xai	10/05/06
24	Janeta Jaime Ndawa	Compradora informal	Xai-Xai	10/05/06
25	Georgina Macucula	Funcionária do mercado	Xai-Xai	10/05/06
26	Anselmo Rafael Sitóe	Fun. ex-AGRICOM/ DPIC	Xai-Xai	10/05/06
27	Salomão Afonso Langa	Camponês	Nhampondzoene	10/05/06
28	Afonso Joaquim Zunguene	Camponês	Nhampondzoene	10/05/06
29	Paulo Daniel Mondlane	Camponês	Nhampondzoene	10/05/06
30	Moisés Mucache	Camponês	Nhampondzoene	10/05/06
31	Manuel Mate	Camponês	Nhampondzoene	10/05/06
32	Jonas Macuacuaila Inguane	Camponês	Nhampondzoene	10/05/06
33	Carolina Ezequiel Mbalane	Camponesa	Siaia	11/05/06
34	Regina Andrade Mahumane	Camponesa	Siaia	11/05/06
35	Laurinda Paulo Matavel	Camponesa	Siaia	11/05/06
36	Vasco Machava	Camponês	Siaia	11/05/06
37	Aníbal Macamo	Camponês	Poiombo	12/05/06
38	Paulo Mula	Camponês	Poiombo	12/05/06
39	Florinda Mahumane	Camponesa	Poiombo	12/05/06
40	Henrique Malhaúle	Camponês	Poiombo	12/05/06
41	Lúcia Baptista Mahumane	Camponesa	Poiombo	12/05/06
42	José Gomes Jossias Malate	Ex-director da E. A. Gaza	Maputo	25/07/06

Anexos

Distrito de Xoi-Xoi DIVISAO ADMINISTRATIVA

Mapa nº 2

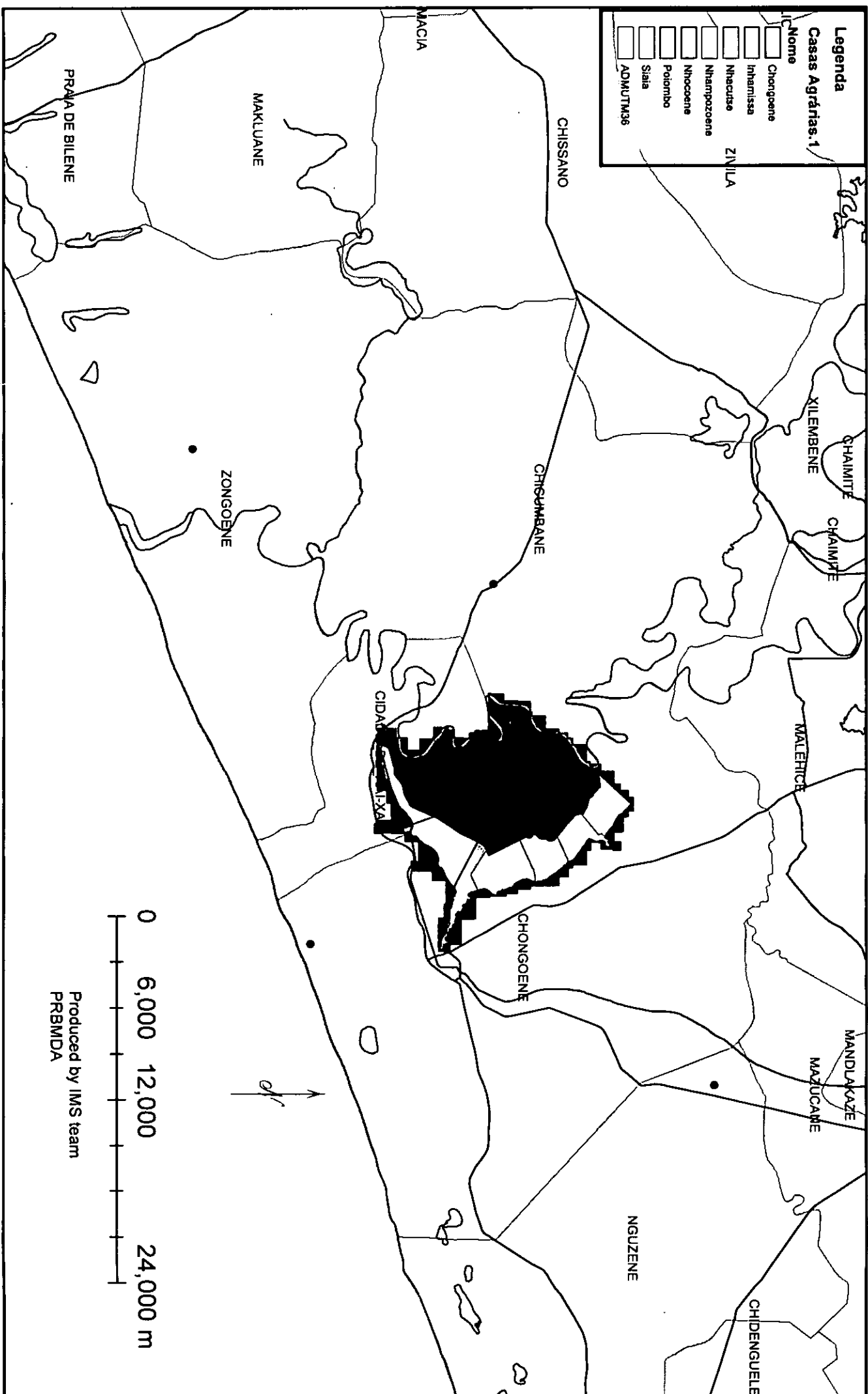


- Legenda**
- ☒ Cidade de Xoi-Xoi
 - ⊗ Povoacao comercial
 - Aldeia Comunal
 - Loja
 - Limite de Posto
 - Estrada Asfaltado
 - Estrada Terraplanado
 - - - Picada
 - Linha Ferrea
 - Rio
 - Lagos
 - ▨ Areas de Inundacao temporario



Fonte: Muchanga, Jorge Augusto (1999). *Os camponeses da barra do Limpopo e o impacto da colonização da JAPA, 1954 - 1975*. Maputo: DH/UEM. 62p.

SISTEMA DE REGADIO DE XAI-XAI



Tabelas nº 1: Áreas Agrícolas do Regadio de Xai-Xai

Área/ blocos	Área bruta		Área agrícola
	Total (ha)	Regadio	
Área de drenagem (Zona 1)	5716	4441	3331
Inhamissa	448	448	336
Brutela-Chicorro	1275	0	0
Nhampondzoene	1025	1025	769
Chongoene	465	465	349
Nhocoene	835	835	629
Siaia	725	725	544
Poiombo	322	322	242
Nhacutse	621	621	466
Área de rega (Zona 2)	5387	3781	3403
Ponela	536	503	482
Chimbonhanine	703	703	633
Magula - este	976	0	0
Magula - oeste	2542	2542	2288
Magula - oeste	630	0	0
Total	11103	8222	6734

Fonte: PIMU/ARA-Sul (2006). *Estudo de viabilidade do desenvolvimento institucional do regadio de Xai-Xai*. Xai-Xai: PRBMDA/MOPH. pp 12.

Tabelas nº 2: Regadio de Xai-Xai

Infra-estruturas de irrigação e drenagem	Regadio de Magula	Margem direita	Total
Dique de protecção	70 km	-	70 km
Área de regadio	2.970 ha	-	2.970 ha
Área recuperada	1.220 ha	-	1.220 ha
Capacidade instalada	990 ha	-	990 ha
Canais principais	16.2 km	-	16.2 km
Áreas drenadas	5.020 ha	2.100 ha	7.120 ha
Colectores e valas	63 km	25 km	88 km
Valas secundárias	79 km	32 km	111 km

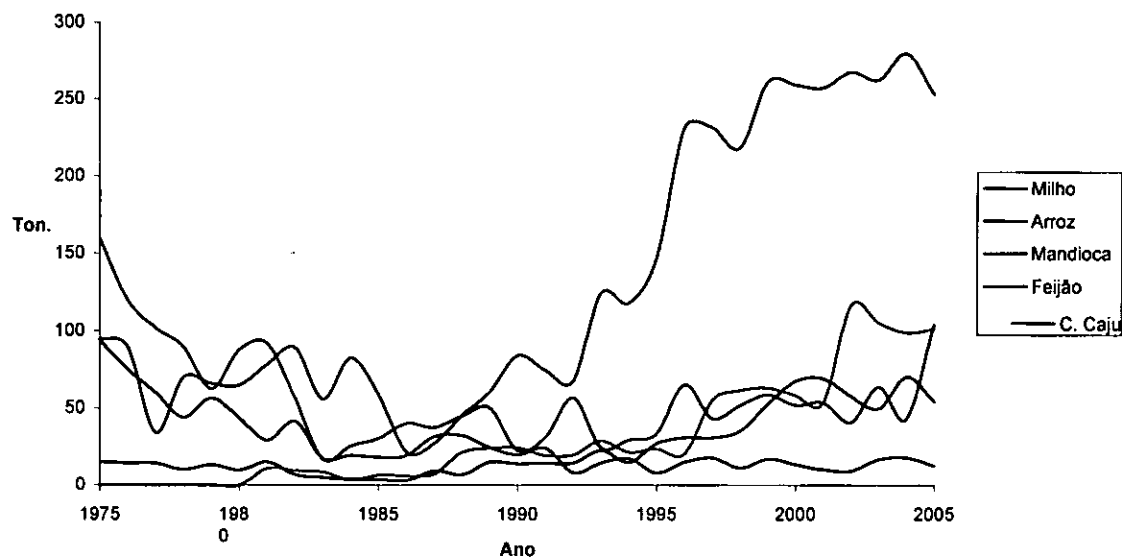
Fonte: INIA (1995). *Sistema de produção: diagnóstico do rural rápido do sector familiar no distrito de Xai-Xai*. Maputo: DNDR/MA. (Série de Documentos de Campo nº 11). 140 p.

Tabelas nº 3: Principais características do sistema de cultura

Unid. Agro-Ecológicas	Serra	Machongo	Bilene
Mat. originário	Dunas 4 io	Turfa	Aluviões
Solos/ textura	Arenosos profundos	Orgânicos, "turfa"	Argilosos variados
Fertilidade	Fraca, pouca matéria orgânica	Alta com restrições	Alta
Reserva hídrica	Fraca	Alta e garantida	Alta
Drenagem interna	Boa	Boa	Boa
Drenagem externa	Boa	Difícil	variável
Culturas praticadas	Milho, mandioca, amendoim, cajueiro...	Arroz, milho, bat. Doce, cana, hortícolas, banana	Milho, feijão manteiga, abóbora, cana
Vantagens	Fácil prep. dos solos, bons para raízes	Reserva hídrica garantida, matéria orgânica	Reserva hídrica e fertilidade boa
Desvantagens	Milho arriscado, colheitas fracas, baixa fertilidade	Difícil controle da drenagem e infestantes	Prep. Da terra difícil, exige mecanização
Observação	Acesso fácil, pousio limitado. Machongo distante	Depende do SRBL, exige trabalho manual, manejo complexo	Exige tracção animal e trabalho na hora certa

Fonte: INIA, 1995: 101

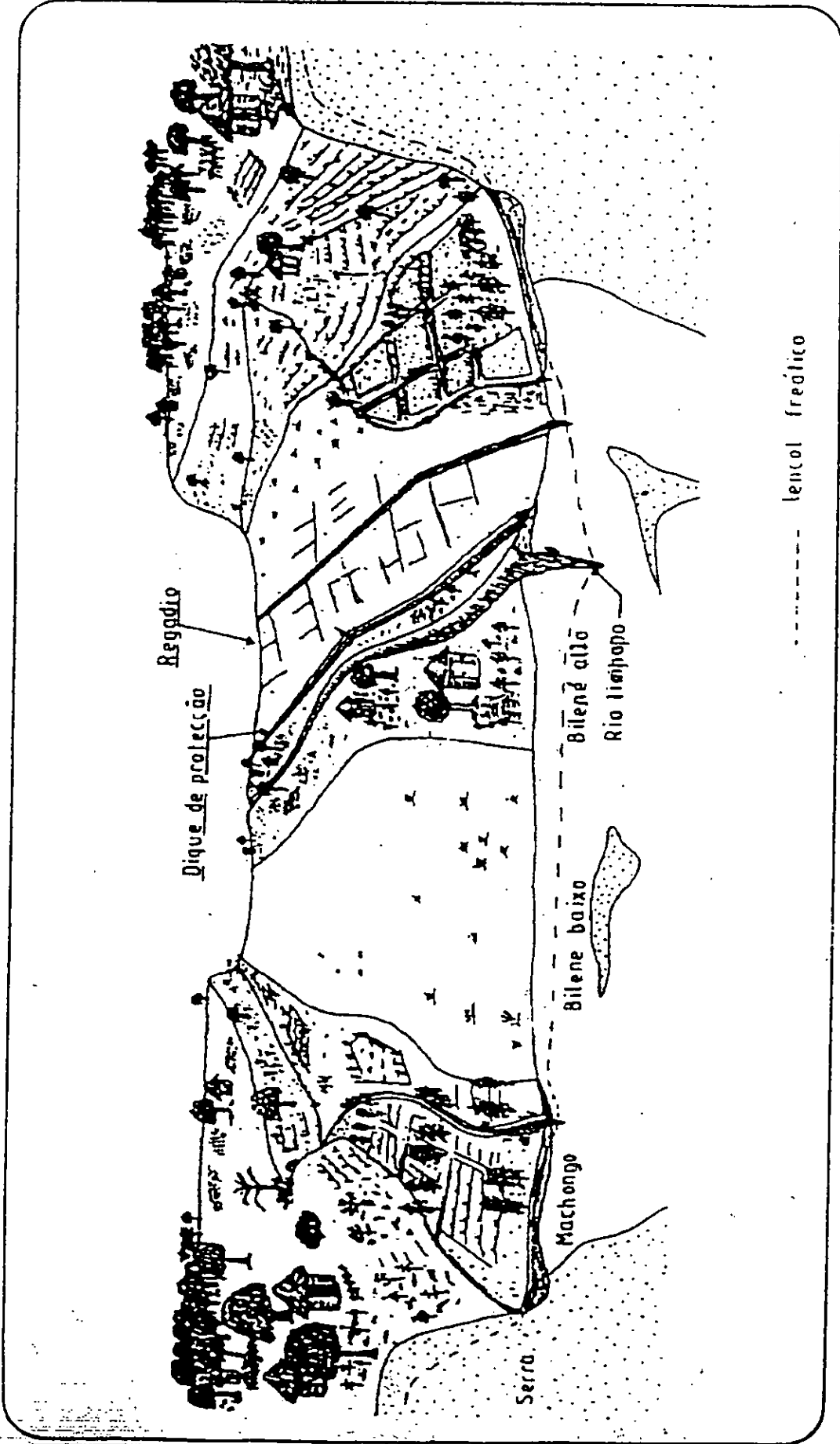
Gráfico nº 1: Evolução da Produção Comercializada em Moçambique, 1975 - 2005



Fonte: Adaptado de dados do MIC/DNC: Dep.^{to} de Mercados e Comercialização Agrícola.

Estrutura Geomorfológica do Baixo Limpopo

ANEXO 7



Fonte: INIA (1995). *Sistema de produção: diagnóstico do rural rápido do sector familiar no distrito de Xai-Xai*. Maputo: DNR/MA. (Série de Documentos de Campo nº 11). 140 p.

Guião de Entrevistas Para camponeses

Data: ____ / ____ / 2006

Nome: _____

Idade: _____ anos

Local: _____

SECÇÃO A: Produção

1. É agricultor a tempo inteiro?
2. Dedicar-se a outras actividades para além da agricultura? Quais?
3. Qual é a extensão de terra cultivada?
4. Porquê usa essa parcela?
5. Quem trabalha na sua machamba?
6. Tem algum trabalhador (assalariado). Se tem quantos são?
7. Que instrumentos usa na sua machamba?
8. Que culturas é que produz? Qual é a principal?
9. O que faz com a sua produção?
 - a) Consumo _____
 - b) Venda _____
 - c) Consumo e venda _____
 - d) Reserva para sementes _____

SECÇÃO B: Mercado

10. Em que mercado vende?
 - a) Local _____
 - b) Regional _____
 - c) Nacionais _____
 - d) Outro _____
11. Onde é que vende a sua produção?
12. Quem é que compra a sua produção?
13. Quem é que marca o preços dos seus produtos? Como?

SECÇÃO C: Rendimento

14. Que quantidade é que vende por média em cada campanha agrícola?
 - a) 1 – 5 sacos _____
 - b) 5 – 10 sacos _____
 - c) 10 ou mais _____
 - d) Outra quantidade _____
15. Usa fertilizantes ou pesticidas? Se sim, onde é que os compra? A que custo?

16. Qual é o rendimento que obtém ao usar fertilizantes?

Maior _____
Menor _____
Igual _____
Outro _____

SECÇÃO D: Incentivos

17. Beneficia de crédito ou algum apoio? Se sim, quem é que dá esse apoio?

18. De que natureza? Para que finalidade? Em que condições?

**Guião de Entrevista
Para intervenientes**

Data: ____/____/2006

Nome: _____

Ocupação: _____

Idade: ____ anos

Localidade: _____

SECÇÃO A: O papel do interveniente

1. Qual é a actividade que desempenha e quando é que iniciou com a sua actividade?
2. Porque fez essa opção?
3. Qual é o seu papel na comercialização agrícola do sector familiar?
 - a) Armazenista
 - b) Comprador/retalhista
 - c) Revendedor
 - d) Outro

SECÇÃO B: Interação com o sector familiar

4. Qual a sua interação com o sector familiar e o sector camponês?
5. Como é que era feita a comercialização agrícola em tempos passados?
 - a) Antes de 1987
 - b) De 1987 a 1992/4
 - c) De 1992/4 a 2005

SECÇÃO C: Praça e Preço

6. Em que local compra a produção?
 - a) Na machamba do camponês
 - b) No mercado local
 - c) Em outros locais
7. Que quantidade compra em média por camponês? De que cultura?
8. Como transporta para o mercado?
9. Em que mercado vende?
10. Quem marca os preços dos produtos?
11. Se sim, que critérios usa para marcar os preços?
12. Beneficia de algum apoio ou crédito na sua actividade? Se sim, que o dá?

FOTOGRAFIAS



Foto nº 1: Entrevista com António Khumaio, camponês em Chongoene.



Foto nº 2: Camponeses entrevistados afectos à Casa Agrária de Nhampondzoene.



Foto nº 3: Machamba familiar localizada na zona baixa. (Fonte: PRBMDA Team)



Foto nº 4: Produção de hortícolas na machamba familiar. (Fonte: PRBMDA Team)

Ibraimo Amir Abdul Carimo

CURRICULUM VITAE

- Identificação**
- Apelido:** CARIMO
Nome: Ibraimo Amir Abdul
Estado Civil: Solteiro
B.I. nº 110106956E, emitido aos 21 de Fevereiro de 2006
- Filiação**
- Ismael Muhadice Abdul Carimo & Hanifa Amir Issufo
- Naturalidade**
- Nacionalidade:** Moçambicana
Cidade de Inhambane, nascido a 04 de Setembro de 1980
- Habilitações Literárias**
- 1991 – 5ª Classe: Escola Primária 3º Congresso, Cidade de Inhambane
- 1993 – 7ª Classe: Escola Primária do 2º Grau 3 de Fevereiro, Cidade de Inhambane
- 1996 – 10ª Classe: Escola Secundária Emília Daússe, Cidade de Inhambane
- 1998 – 12ª Classe: Escola Secundária Francisco Manyanga, Cidade de Maputo
- 2006 – Curso de Licenciatura em História: Universidade Eduardo Mondlane, Cidade de Maputo

1998 — *Curso de Informática*: conhecimento na óptica do utilizador, no Centro de Informática do Liceu Polana (CIP), nos seguintes pacotes:

- ☐ Windows*
- ☐ Word 97
- ☐ Excel 97
- ☐ Power Point
- ☐ Internet e E-m@il
- ☐ Conhecimentos de instalação de Software

Formação Profissional

* Domínio dos Sistemas Operativos – 98/ Millennium/ XP, e Office 98/ 2001/ 2003.

2000 – *Curso de Contabilidade e Administração de Empresas*, no Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFP).

2001 – 2º nível do *Curso de Inglês*, no Centro de Formação Linguística e Técnica (CEFOLTEC).

2006 – *Curso de Iniciação ao Negócios e Gestão de Micro-Créditos*, no Ministério da Juventude e Desportos (MJD)

Domínio de Línguas

- Português – falado e escrito fluentemente
- Inglês – noções básicas (2º nível no CEFOLTEC),
- Francês – algumas básicas (adquiridas no nível pré-universitário)
- Italiano – algumas noções (concluiu o primeiro de dois módulos do *Curso Livre de Italiano* na Faculdade de Letras & Ciências Sociais da U.E.M.)
- Bitonga e Changana – conhecimento razoável

Outras Informações

- Habilitado pelo Curso de História (U.E.M.) a exercer actividades profissionais em Instituições Investigação e Pesquisa em Ciências Sociais, Centros de Documentação, Centros de Comunicação, Educação, Centros de Conservação de Património, Arquivos, Biblioteca, Arquivos, Museus e outras;
- Elaborou a Dissertação do Curso de Licenciatura em História pela Universidade Eduardo Mondlane, na área de Economia Agrária, com o título: “*O Papel do Sector Familiar na Comercialização Agrícola no Baixo Limpopo (Distrito de Xai-Xai), 1987 - 2005*”;
- Estagiou na Direcção de Agricultura de Gaza (DPA) e no Projecto de Reabilitação da Barragem de Massingir – Desenvolvimento Agrário (PRBMDA) para recolha de dados para a elaboração da Dissertação de Licenciatura;
- Participou no Inquérito sobre “*O impacto dos programas HIV-SIDA nas instituições do Sector Público*”, um estudo do Conselho Nacional de Luta Contra o SIDA (CNCS) realizadas pelo Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane (CEA/UEM);
- Trabalho voluntário no “*Projecto Criança nosso Futuro*”, levado a cabo pelo Gabinete da Primeira Dama da República de Moçambique.

Contacto

Residência: Bairro Central, Avenida Filipe Samuel Magaia nº 1273, 2º andar, Cidade de Maputo

E-m@il: icarimo@yahoo.com.br

Telemóvel: (+258) 82 83 53 67 0 ou (+258) 82 46 85 84 0